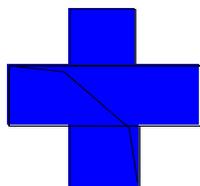




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA REUNIÃO DO CES-MT

1 *Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez*, às quatorze horas, no Hotel Fazenda
2 Mato Grosso em Cuiabá/MT deu início à *Ducentésima Trigésima Reunião do Conselho Estadual de*
3 *Saúde de Mato Grosso*, sendo esta a *Centésima Septuagésima Quinta Reunião Ordinária*. A Sessão
4 foi presidida pelo Sr. **Carlos Alberto Eilert, Presidente substituto. Presidente substituto Carlos**
5 **Alberto Eilert** - São quatorze horas e trinta e dois minutos. Se for obedecido o que foi solicitado
6 desta Presidência a reunião está suspensa porque não há quorum. Então quem tem que decidir aqui.
7 Com meia hora dá para começar com um terço, a Doutora Rosane acabou de falar, então vamos
8 começar, só que não delibera. Por favor, eu vou pedir para a Doutora Rosane dar uma olhada e a
9 gente vai começar com um terço. A Doutora Rosane vai dar uma olhada para nós no regimento eu
10 acho que contamos com um terço presentes aqui, salvo melhor juízo que assinou a lista de presença.
11 Estamos só esperando a Doutora Rosane dar uma olhadinha aí a gente delibera. Pessoal, para
12 esclarecer então, eu acredito que vai dar quorum. O artigo dezessete do nosso regimento diz assim: O
13 Pleno do Conselho Estadual reunir-se-á em primeira convocação com a maioria simples de seus
14 membros. Nós não temos. E em segunda e última convocação, após trinta minutos com a presença
15 mínima de um terço dos Conselheiros e Conselheiras com direito a voto. Então, ou seja, se tivermos
16 dez pessoas dentro há quorum. Então as nossas deliberações deverão ter no mínimo seis, como nós
17 temos mais de dez presentes, a gente vai fazer agora a contagem dos conselheiros para a gente
18 depois, na hora que formos deliberando dentro do quorum. Então vamos começar a nossa reunião. O
19 Senhor Antônio Cordeiro está chegando. Antes de iniciarmos, o Pardal está pedindo aqui uma
20 excepcional idade de dois minutos para apresentar os colegas de Brasília. **Conselheiro Pardal** -
21 Conselheiras e Conselheiros, boa tarde! Nós estamos com um grupamento de Brasília como
22 Carlinhos adora, é uma ONG, é a primeira ONG no país que faz resgate, salvamento, inclusive em
23 ribanceiras, como aquela caída, desmoronamento que teve no véu da noiva, essa equipe entrou em
24 contato comigo há três anos e á três anos vem acompanhando a gente. Eles estão aqui agora nesse pré
25 carnaval como voluntários por trinta dias e a gente vai dar uma corrida na cidade para ver se a gente
26 consegue custear esses trinta dias que eles vão ficar conosco aqui, dando socorro na rodovia Emanuel
27 Pinheiro. No final do ano eles ficaram comigo com uma UTI móvel estacionada na Salgadeira sem
28 ônus para o poder público, mas a gente precisa custear com um custo mínimo a presença deles aqui, e
29 é isso que a gente vai estar fazer. Eu pedi só mais uns dois minutinhos para o companheiro Celso
30 falar. Celso manda bala, dois minutos. **Bombeiro Celso** Senhores boa tarde, eu sou Celso Ovídio
31 Fonseca, sou do departamento de trânsito de Brasília há trinta e quatro anos, sou tripulante de
32 aeronave coordenador e mentor do Grupo de Resgate Águia um de Brasília, o primeiro grupo da
33 ONG, para vocês entenderem, mas não é, competir com o Corpo de Bombeiros, a gente não compete
34 com eles, a gente até faz um trabalho semelhante, somos baseados na margem de uma BR muito
35 perigosa que é a BR setenta Brasília Goiânia, e nós estamos aqui com o Pardal e vamos passar o
36 carnaval dizendo que nós estamos no ponto A que é a Salgadeira, sessenta quilômetros está Cuiabá
37 vinte quilômetros está Chapada, pergunto: se a cidade está lotada houver um acidente, por exemplo
38 mais próximo a Chapada sentido Salgadeira Chapada e Cuiabá para cá. Como esse socorro vai chegar
39 se a pista está lotada? Não tem jeito. Então as condições geológicas daqui também são difíceis. Nós
40 estamos aqui com uma viatura de salvamento com toda a parafernália de salvar uma vida, se cair uma
41 pessoa a cinquenta metros nós vamos salvar ela em questão de minutos, porque nós somos
42 preparados, sargento Peçanha do Corpo de Bombeiros de Brasília está comigo há cinco anos. Bom,



SUS

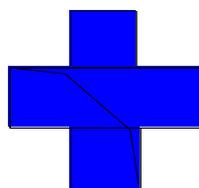
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

43 para nós é vida e depois qualidade de vida. Nós estamos aí na cidade, tomara que não aconteça nada,
44 mas se acontecer nós estamos prontos a agir. Espero que a gente possa fazer uma prevenção, porque
45 para nós o que interessa é a prevenção antes que aconteça o sinistro, se você prevenir, eu te garanto
46 que, pode acontecer o sinistro mas é mais difícil, e nós estamos aqui, eu não quero tomar o tempo dos
47 senhores que a reunião é importante, então este é o meu grupo que está aqui, vai chegar também uma
48 UTI móvel aí dia oito dia dez e nós estamos a disposição dos senhores. Muito obrigado pela atenção
49 boa tarde. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** Muito bem. Obrigado. Quero colocar aos
50 senhores que o Doutor Augustinho ligou, perguntando se eu estaria aqui, dizendo que ele está com
51 crise renal, a gente está até brincando porque ele andou, não sei se é a primeira viagem de helicóptero
52 dele, está vindo? Ele já é renal, a Ana está colocando que ele vai fazer uma tomografia agora à tarde,
53 se der tempo, ele vai retornar aqui. Ok? Primeiro nós temos que passar para aprovação da nossa
54 pauta, então nós temos **Um: conferência de quórum**, que já foi realizada; **Dois: Apreciação e**
55 **aprovação das Atas das reuniões, Julho de dois mil e nove, Julho de dois mil e nove**
56 **extraordinária, Ordinária de agosto de dois mil e nove e ordinária do mês de setembro.** Para
57 retirar? **Conselheira Lilia** - Questão de.. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Não, eu só
58 estou lendo para ver se nós vamos aprovar a pauta. E tão logo nós, tá? Se alguém fala assim, eu quero
59 retirar ou quero manter o tópico, não é isso? ta bom? Pode ser assim? Que aí fica mais fácil. E na
60 hora da ata a gente abre para as pessoas falarem. **Expediente Relevante:** Expediente relevante?
61 Quando for na hora a gente chama, eu só vou aprovar primeiro a pauta. Gente me deixa só vou
62 aprovar primeiro a pauta. Nós não aprovamos a pauta, pode ser que alguém queira retirar um tópico
63 daqui, senão quando chegar lá na hora. não é isso? Expediente Relevante: Conferência de
64 Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social mudança da data do evento de
65 primeiro a cinco de dezembro de dois mil e dez. Três ponto dois: contingenciamento do orçamento
66 planejado para a saúde pública de Mato Grosso. Três, três: resposta referente a contratualização dos
67 Hospitais Julio Muller, Santa Casa, Câncer, Hospital Geral Universitário, Santa Helena, Hospital
68 Lions dos Olhos, apresentação do superintendente da atenção integral, Paulo Araújo, ok?
69 Recomposição do Pleno do Conselho Estadual de Mato Grosso para o biênio dois mil e dez dois mil
70 e doze. Comissão de Monitoramento e Cooperação Técnica, encaminhamento da Comissão referente
71 ao relatório enviado à Secretaria Geral pela Auditoria CES/MS. Apoio às Comissões Especiais e
72 Permanentes do Conselho para alimentação e combustível. Três ponto sete: Informe,
73 microcomputador e impressora, só informe né? Pauta: Pacto pela saúde; definir metodologia para
74 executar a avaliação solicitada pelo Conselho Nacional de Saúde. Quatro ponto dois: parecer da
75 Procuradoria Geral do Estado sobre a súmula treze do Supremo Tribunal Federal, sobre a situação da
76 Secretaria Geral do Conselho Estadual. Quatro ponto três: Seminário Nacional de Alimentação e
77 Nutrição vinte e um do um de dois mil e dez e solicita que seja providenciada a etapa estadual do
78 referido evento. Quatro ponto quatro: deliberação e composição da comissão intersetorial da
79 população negra . **Conselheiro Edvande** - Isso aí Presidente, ficou acertado lá na mesa que a gente
80 iria retirar esse ponto de pauta. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Ok? Então está
81 retirado de pauta. O item quatro ponto quatro foi retirado de pauta. Obrigado Conselheiro Edvande.
82 **Conselheira Lilia** - Eu também queria pedir uma retirada, eu sei que não foi solicitado, mas as atas a
83 gente está recebendo agora, não vai ter como analisar essas atas, é o primeiro ponto de pauta.
84 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Vamos levar aqui para a votação. Quatro ponto



SUS

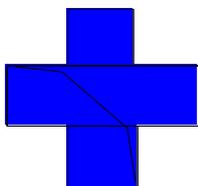
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

85 cinco: Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, deliberar representante do Conselho Estadual
86 parecer assento das vítimas de trânsito. Quatro ponto cinco né? Calma que nós vamos renomear, por
87 isso que é importante ler a pauta. Quatro ponto cinco, o ponto logo em seguida é quatro ponto seis:
88 Parecer do assento das vítimas de acidentes de trânsito barra LCD Assessoria Jurídica, informe
89 assessoria jurídica. E onde é quatro ponto seis é quatro ponto sete. Resolução que garante que os
90 gestores repassem mensalmente para os Conselhos Municipais de Saúde o percentual de meio por
91 cento aos municípios com mais de cem mil habitantes e um por cento nos municípios com menos de
92 cem mil do repasse de quinze por cento destinado à saúde para sua manutenção e demais demandas
93 sem prejuízo do que estabelece a Resolução três três dois mil e três do Conselho Nacional. Isso é
94 referente à aprovação que foi realizada na décima terceira Conferência Nacional de Saúde. Onde é
95 quatro ponto sete seria quatro ponto oito, Resolução que garante diária para acompanhar deficientes
96 em viagens. Assessoria Jurídica. onde é oito é o quatro ponto nove: Esclarecimento solicitado pelo
97 Conselho Nacional de Saúde sobre a denúncia da expulsão do representante dos usuários Senhor
98 Joaci Leopoldino da Fonseca. Assessoria Jurídica. e aí nós temos como informe ainda o item ponto
99 cinco. Cinco ponto um: Código Sanitário informe do andamento, não, eu estou com o informe. O que
100 me foi colocado está aqui. Resolução trinta e cinco dois mil e nove. Cinco ponto dois: ouvidoria;
101 apresentação das demandas protocoladas. Cinco ponto três: informe- capacitação de conselheiros:
102 Comissão Permanente de Capacitação e cinco ponto quatro, encaminhamento do Plano de Cargos
103 Carreira e Salários da Secretaria Estadual de Saúde Resolução número trinta e seis barra dois mil e
104 nove. Microfone por favor, para a Conselheira. Pessoal vamos pedir aqui, não se esqueçam de
105 identificar para que a ata seja clara e objetiva. **Conselheira Alzita** - Boa tarde a todos e a todas, eu só
106 queria senhor Presidente, Conselheira Alzita representante dos trabalhadores SISMA. Eu só queria
107 que o informe cinco ponto um e o cinco ponto quatro estivessem juntos, porque? Porque trata-se de
108 resoluções que nós do Pleno aprovamos em dezembro. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert**
109 – Muito bem. Há uma proposta de encaminhamento da Conselheira Alzita, que ao ser lida a
110 resolução trinta e cinco que logo em seguida seja a trinta e seis, ficariam todos como cinco ponto um.
111 Conselheira Cida, por favor. **Conselheira Maria Aparecida** - Boa tarde a todos, Maria Aparecida,
112 aqui no informe está ouvidoria apresentação das demandas, eu entendo que ouvidoria apresentação
113 de demandas é pauta. Então tem que subir e colocar aqui depois do quatro ponto, colocar como pauta,
114 e a outra questão que a Conselheira Lilia tinha pedido eu pediria para retirar só a última ata para ser
115 corrigida. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Está bom, então nós vamos tentar votar as
116 alterações, pode ser? Iniciando pela proposta. **Conselheira Maria Aparecida** - Só uma outra questão
117 Senhor Presidente, o três ponto três, expediente relevante, eu também entendo que essa questão é
118 uma questão de pauta, porque foi decidido e definido na última reunião que era um assunto de pauta e
119 tem que voltar como pauta, ele não pode voltar como expediente relevante, eu não quero só ouvir, eu
120 quero que a gente encaminhe, delibere então a gente tem que ver isso. **Presidente substituto Carlos**
121 **Alberto Eilert** – A informação que eu tenho aqui é que a mesa diretora que foi que definiu, mas nada
122 que este Pleno, nada que este Pleno não possa modificar. **Conselheira Alzita** - Senhor Presidente, a
123 título de esclarecimento. Porque que a gente colocou como expediente relevante. Porque o Paulo já
124 tinha apresentado as situações, ficou de nos dar a resposta a respeito disso e a gente achou como
125 expediente relevante essa resposta. Por isso ficou como expediente relevante porque já tinha entrado
126 como ponto de pauta. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Nós vamos chegar lá, eu vou



SUS

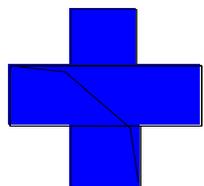
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

127 item por item, iniciando as atas conforme sugestão da Conselheira Lilia, o que houver a votação, for
128 necessária a votação, quem vencer fica, ok? Então nós temos aqui como proposta da Conselheira
129 Lilia, se eu não estiver enganado, a retirada das quatro atas neste momento para deixar para a
130 próxima reunião do Pleno, Ordinária, para que elas sejam analisadas, lidas pelos Conselheiros. A
131 Conselheira Maria Aparecida coloca que, com exceção da ata do mês de setembro, é isso Cida? Só
132 retiraria a do mês de setembro. **Conselheira Maria Aparecida** - Eu recebi três atas só, se não me
133 engano a ata de agosto ela está repetindo, eu me lembro que eu li uma fala minha duas vezes, então
134 eu não sei se essa ata foi corrigida porque para o meu e-mail ela veio com duas mil linhas, não é a de
135 setembro, é uma que tem duas mil linhas e ela está repetindo falas. Então eu pediria, concordo que
136 todas sejam retiradas para a gente ver o quê que aconteceu, porque não adianta se as pessoas não
137 leram. Eu li no e-mail, três ou quatro atas e uma está totalmente repetida. **Presidente substituto**
138 **Carlos Alberto Eilert** – Contempla? **Conselheira Lilia** - Questão de esclarecimento. Não recebi
139 nenhuma ata por conta que a secretaria não estava imprimindo nenhum documento, não sei qual o
140 motivo não encaminharam as atas para mim, eu não tive acesso a esses documentos e não pude fazer a
141 leitura. Tanto que eu estou com os documentos aqui, não é Ana? Ele está até diferente dos que vocês
142 têm então se for prosseguir, eu peço vistas das quatro atas. **Presidente substituto Carlos Alberto**
143 **Eilert** – Não, acredito que nós temos condições de resolver aqui. Existe uma proposta só de
144 encaminhamento que as quatro atas neste momento sejam retiradas. Os Conselheiros que concordam,
145 por favor, se manifestem. Vamos lá. **Quem concorda que neste momento sejam retiradas as**
146 **quatro atas, por favor, se manifestem.** Contrários? **Doze favoráveis.** Contrários? Abstenções?
147 Então, com nenhum contrário uma abstenção. Foi retirado. **Conselheiro Ângelo** - Senhor Presidente,
148 uma questão de ordem, Ângelo da Federal de Mato Grosso. Eu vou voltar a bater na mesma tecla,
149 porque eu vejo que não é possível continuar fazendo, imprimindo uma ata de trinta e sete trinta e
150 nove páginas. E eu tive a cachegunia de pegar uma ata, embora seja particular, mas eu vou colocar
151 essa ata, olha que interessante, eu vou ler isso aqui no Conselho, olha bem, é particular. A ata de
152 reunião extraordinária do conselho de administração dia tal. Data, hora local, presença, a ordem do
153 dia deliberação por unanimidade foi aprovada a proposta primeira, foi aprovada outra proposta, foi
154 ratificado, quer dizer, obviamente não se vai colocar aqui o tempo que se deu para discutir cada
155 assunto deste, porque se cada um que der sua opinião colocar na ata por escrito ele pode constar lá
156 ele pode constar em digital, quem tiver interessado que solicite, mas que na ata que venha para nós,
157 seja colocado, eu acredito olha no máximo duas páginas. Não é possível, isto aqui é custo Brasil,
158 então eu vou bater de novo na tecla porque eu achei que, vamos começar dois mil e dez, muito
159 provavelmente agora as atas serão agora mais resumidas, agora, ah não, mas tem pessoas que não têm
160 computador, por favor, dê uma chegada na Secretaria Estadual de Saúde e lá pega toda a ata. Porque,
161 olha gente, colocar as coisas que houve decisão deliberação eu concordo em gênero número e grau.
162 Agora colocar aqui o que eu falei e manda para eu ler? Então vamos pensar sobre isso gente.
163 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Eu acho que é uma proposta de encaminhamento na
164 questão de ordem do conselheiro Ângelo da Faculdade de Ciências Médicas. Só para vocês terem
165 uma idéia, essas quatro atas produziram seis mil e quinhentas folhas e em média quinze páginas. Os
166 resumos delas já estão em quinze páginas. São seis mil e quinhentas folhas, eu acredito que o
167 Conselheiro Ângelo colocou que aqui fosse deliberado que fosse colocado somente o resultado e
168 quem houver interesse e tal que buscasse, porque elas estão sendo sempre gravadas, e o resumo seria



SUS

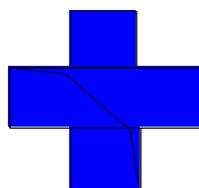
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

169 feito aqui. Pode ser assim? Podemos entrar em votação ou alguém quer falar ao contrário?
170 **Conselheiro Orlando.** **Conselheiro Orlando** – Orlando dos trabalhadores SINTEP. Mas eu penso
171 assim, concordo com ele, mas, que seja uma síntese, capaz da gente ter minimamente essas
172 informações, que seja pelo menos uma síntese. E aí precisa trabalhar todas essas informações
173 procurar os anais do Conselho. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Conselheira
174 Marivanda e depois Antonio Cordeiro e aí nós vamos deliberar. **Conselheira Marivanda** – Boa tarde
175 a todos e a todas, Marivanda representando o segmento trabalhador Conselho Regional de Medicina
176 Veterinária. Eu acho, concordo **Conselheiro Ângelo**, de a gente fazer isso, eu só gostaria de ter um
177 parecer legal de a gente estar guardando essa documentação via digital. Até que ponto essa questão
178 de preservar a ata via digital é legal ou não é legal, eu acho que nós deveríamos primeiro ver essa
179 questão da legalidade, porque uma coisa é você transcrever para um papel outra coisa é você ter
180 gravado e essas gravações elas podem sofrer alterações. Então eu acho que nós temos que ter muita
181 calma nessa hora e ver a questão da legalidade, é só isso que eu quero assim, que o Conselho veja a
182 questão da legalidade; é legal? É, então beleza, tudo bem. Não é legal, então eu acho que a gente tem
183 que avaliar essa questão. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Calma que tem mais dois
184 inscritos. **Conselheiro Ângelo** – Mas ele citou meu nome eu tenho direito, não tenho direito?
185 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Não, é só uma vez que fala aqui. **Conselheiro**
186 **Ângelo** – Que a minha proposta foi que lá tivesse uma ata devidamente impressa, entendeu? Lá no
187 Conselho, mas mandar para todo mundo? Olha a diferença. **Presidente substituto Carlos Alberto**
188 **Eilert** Eu estou entendendo a proposta e depois eu vou encaminhar. **Conselheiro Antonio Cordeiro** e
189 depois o Pardal, o último inscrito. **Conselheiro Antonio Cordeiro** - Boa tarde senhoras e senhores,
190 Antonio Cordeiro da PRET dos pacientes renais. O Doutor Ângelo deixou escrito que eu estava
191 confuso, digital a gente sabe que hoje está pronto e amanhã está apagado, entendeu? Dá um
192 relâmpago um trovãozinho e apagou. Escrito, que não venha para nós tudo bem, mas que esteja
193 assinado por todos os Conselheiros. Assinado guardado e arquivado no Conselho, porque isso aqui é
194 um documento de quem fala sim ou não, ou desfala ou deixa de falar, então tem que estar transcrito
195 sim, porque quando se registra uma ata no cartório de uma associação ou de uma entidade qualquer, a
196 gente se registra o que foi dito, tem que estar ali porque senão estar só duas ou três linhas não vale
197 como uma ata tem que ser uma ata escrita, obrigado. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** –
198 Pardal, **Conselheiro Pardal**, último inscrito e depois nós vamos deliberar, **Conselheiro Pardal** –
199 Perfeita a idéia, nós só vamos ter um pequeno problema na questão dos expedientes relevantes que é
200 informe, por exemplo, nós temos uma aqui, recomposição do Pleno do CES para o biênio dois mil e
201 seis, eu não sei se é um informe, se tem uma deliberação o que ele é um informe como é que vai ficar
202 isso para a gente? Eu acho que quando a pauta é votação, deliberação vai ter que constar lá contra
203 tantos, favor tantos e abstenções tanto, declaração de voto. Uma, eu acho que é perfeita e idéia, mas
204 precisa dar uma trabalhada nos conteúdos aqui, porque tem alguns que não se trata de deliberação. Aí
205 tem, sem sombra de dúvida, um monte de coisa falando complica para a gente até corrigir a fala da
206 gente, a idéia é supimpa, perfeita, mas a gente precisa ter no final dito lá, votou a favor tantos, contra
207 tantos, proposta vencedora tal, que é o resultado do evento. Agora o que aconteceu dentro dele, está
208 lá a ata registrada, perfeita a fala do doutor Antonio, todo mundo passa lá e assina a ata e essa que vai
209 ficar lá guardada e arquivada e quem quiser ler ou quiser uma cópia faz a solicitação formal, leva a
210 cópia embora e em casa e acabou, perfeito. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Então eu



SUS

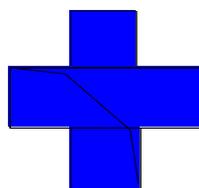
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

211 vou ver se eu consigo encaminhar. **Conselheiro Pardal** – Senhor Presidente, questão de ordem,
212 gostaria de pedir licença para estar acompanhando a equipe lá, porque fiquei no primeiro momento
213 para dar um número de quorum e estarei me retirando Senhor Presidente. **Presidente substituto**
214 **Carlos Alberto Eilert** – Obrigado Conselheiro, então encaminhando sugestão. **Encaminhamento,**
215 **que uma ata seja disponibilizada, seja trinta ou cinqüenta páginas vai estar encadernada lá no**
216 **Conselho para quem quiser consultar a sua fala,** a pessoa, vai estar escrita lá no Conselho, escrita,
217 impressa, uma das atas, aí eu vou ao Conselho faço a leitura e se a minha fala não for condizente na
218 próxima reunião eu trago o que está errado e peço para consertar eu acho que essa é a sugestão que é
219 o que nós fazemos aqui. Só um instantinho Lilia, deixa eu encaminhar, só um instantinho, deixa eu
220 encaminhar que depois você encaminha senão eu não consigo. **Conselheira Iilia** é em relativo a esse
221 assunto também. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Sim mas daqui a pouco a senhora
222 encaminha, deixa eu terminar a minha fala aí você encaminha, se for contrário ou favorável a gente
223 melhora. Há outra situação, em relação **ao resumo das deliberações**, essas situações todas, se os
224 Conselheiros não passarem lá, aí vem o que a Conselheira Marivanda colocou, nós fazemos uma
225 consulta, juridicamente, perguntando se a digitalização, a guarda desse material vai estar lá. E aí eu
226 encaminho a outra, mais um pouquinho, se nós não passarmos para assinar, na reunião seguinte
227 teríamos o **resumo aprovado aqui o resumo da ata com todas as suas deliberações resoluções o**
228 **que aconteceu**, nós estaríamos assinando que faria parte daquela ata que já está aprovada, então não
229 precisaria estar assinando aqui, senão teria que rubricar trinta e três páginas e mais uma assinatura,
230 então quer dizer, acredito que talvez seja esse o encaminhamento, se puder completar para a gente
231 poder melhorar. **Conselheira Lilia** – Boa tarde a todos, eu ainda não me identifiquei, Conselheira
232 Lilia, representante da Associação Mato-grossense de Deficientes – AMDE. O encaminhamento que
233 eu tenho a fazer é complementando o seu mesmo Carlinhos, é que, quando o Conselheiro Doutor
234 Ângelo, eu sei que é um custo, mas é um custo benefício, porque nem todos os Conselheiros moram
235 aqui, nem todos os Conselheiros não vai ter o computador, como o senhor falou, e não vai poder
236 estar lá no Conselho fazendo a leitura, porque a gente já está lá no Conselho em reuniões constantes
237 que vão de cinco seis horas que não dá tempo nem de ir no ao computador fazer uma leiturinha e de
238 lá a gente sai sete oito horas da noite, às vezes, nem conseguindo carro para vir para casa. Mas ainda
239 colocando a gente deixa claro que vai ficar parecendo que a gente vai começar a canhar documento
240 para Conselheiro fazer a leitura gente. Olha, nem todos precisam então se coloca, mas os que
241 precisarem gente tem que estar bem claro, não é só para Conselheiro não, qualquer cidadão tem o
242 direito de chegar à Secretaria e pedir esse recurso público do contribuinte nós pagamos, por que que
243 a gente não vai poder pegar um documento que a Secretaria vai nos fornecer? Um documento que é
244 público, então eu acho que não é questão de fazer, porque a gente pode fazer economia em outras
245 coisas, documentação se é necessário para mim, se não é para o doutor Ângelo, tubo bem, ele coloca
246 isso. Eu coloco bem claro que é necessário para mim Conselheira Lilia. **Conselheiro Ângelo** -
247 Senhor Presidente, uma questão de esclarecimento. Eu acho que a minha proposta está sendo
248 interpretada de outra maneira, veja bem senhor presidente, quando eu coloco que é digital,
249 obviamente está em PDF, já começa por aí, portanto se eu quiser alterar eu não vou conseguir, já
250 começa por aí, então vai ser disponibilizado para todo mundo via computador, quem não tem
251 computador, por favor, dê o nome que quer por escrito total. Eu estou falando como regra não como
252 exceção, as exceções vão lá ver, não tem jeito, agora, um ou dois ou três tudo bem. **Presidente**



SUS

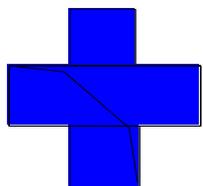
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

253 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok está resolvido então? Então muito bem, quem desejar por
254 escrito, a cópia por escrito, a Secretaria vai providenciar. Dizer o seguinte gente, que nós também
255 gostaríamos de colocar junto com isso, que à partir de agora, junto ao nosso PTA, que nós
256 pudéssemos também colocar aqui o aspecto da filmagem, porque daí fica gravadas também todas as
257 sessões e aí isso também fica para futuro. Então, encaminhamento para votarmos, **Conselheira**
258 **Alzita** - Senhor Presidente, só um minutinho, só para corrigir não escrita, porque por escrita é
259 manuscrita digitalizado é melhor. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Então vamos lá. **A**
260 **proposta é a seguinte: quem não tiver o acesso ao computador ao programa e tal, solicitará**
261 **junto à Secretaria que seja enviada a cópia transcrita da ata, ok? Vai deixar o endereço e vai**
262 **providenciar, os que têm computador e acharem que não precisam, vai ser enviada para todos**
263 **os Conselheiros, um. Dois, o resumo será lido na próxima reunião ordinária com todas as**
264 **deliberações do Plenário certo?, ao qual nós estaremos aprovando a ata daquela lá anterior, e**
265 **onde estaremos assinando este resumo. E terceiro que a partir de agora do mês de março que**
266 **as reuniões sejam gravadas, filmadas não é isso? Ok? Os Conselheiros que concordam com essa**
267 **proposta, por favor, se manifestem levantando o braço. Doze. Contrários? Abstenções? Com três**
268 **abstenções, doze votos favoráveis e nenhum contrário**, então será feita à partir de agora assim. A
269 outra situação, Conselheira Maria Aparecida, foi esclarecido pela mesa diretora a situação do item
270 três ponto três da contratualização? Porque que a mesa diretora colocou como expediente relevante?
271 **Conselheira Maria Aparecida** - Estou com a ata aqui, com licença, estou com a ata, a ata da reunião
272 do mês de agosto de dois mil e nove e na página trinta e sete, eu re-li aqui toda essa situação e aqui
273 está dizendo que o senhor Paulo, técnico representante, teria trinta dias para estar trazendo essa
274 resposta ao Pleno e que nessa resposta, em mãos dessa resposta, o pleno teria condição de discutir e
275 encaminhar e aprovar e aprovar encaminhamento a respeito dessa situação. Eu entendo que dessa
276 forma está equivocado, estou lendo aqui, está escrito aqui, por isso eu até me abster de votar porque
277 o documento é importante, está aqui toda a discussão e está dizendo que essa questão da
278 contratualização deveria ser colocada em pauta para discussão. Eu não entendo isso como informe.
279 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Então você gostaria que ele fosse remetido para a
280 pauta. Para ponto de pauta ou encaminha para uma próxima? **Conselheira Maria Aparecida** - Se
281 veio como informe e foi decisão da mesa, a mesa tem que rever o que aconteceu eu não sei se a gente
282 só ouve o que aconteceu e depois a gente reencaminha para a pauta para discussão? O que esse Pleno
283 vai decidir? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok. A mesa vai esclarecer então.
284 **Conselheira Alzita** Olha, diante de, porque eu recebi essa ata agora, então diante dessa informação
285 que está em ata a mesa decide que seja ponto de pauta. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert**
286 – ok. Agora o ordenamento vai ser o quatro ponto zero? Vai ser o primeiro ponto? Conselheiro Paulo,
287 microfone para o conselheiro Paulo, por favor. **Conselheiro Paulo Roberto** – Boa tarde Senhores
288 Conselheiros, é Paulo Roberto representante do Poder Executivo. Com relação à contratualização
289 citada neste documento nós preparamos sim todo o histórico, todo resumo até a data de hoje e como a
290 Secretaria Estadual vem trabalhando este processo. Nós não conseguimos dar resposta porque as
291 unidades aqui citadas todas elas estão sob gestão do município de Cuiabá, cabendo à Secretaria
292 Municipal de Cuiabá qualquer posicionamento com relação a prazo de contrato específico de cada
293 unidade dessas citadas, eu trouxe todo um resumo e gostaria de dividir com vocês. Tudo que nós
294 passamos, substituição de secretários, troca de secretário do município de Cuiabá, situações



SUS

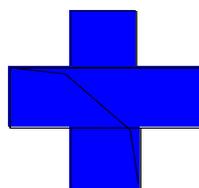
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

295 envolvendo especificamente a possibilidade do Estado assumir o Hospital Geral Universitário, o
296 relacionamento hoje com o atual secretário de Cuiabá e o que administrativamente a gente vem
297 fazendo. Eu acho que é importante a gente dividir isso com vocês. Então assim, é o resumo de todo
298 trabalho administrativo que a gente vem fazendo, impossível Conselheiro a gente dar resposta, até
299 porque resposta especificamente a quê?, sendo que o trabalho está sendo conduzido e depende muito
300 mais de uma decisão administrativa do município de Cuiabá, que hoje, na minha visão vem
301 colaborando com o processo, do que qualquer outra medida administrativa, eu gostaria de ter essa
302 oportunidade. **Conselheira Maria Aparecida** – Eu me sinto esclarecida, mantém depois qualquer
303 coisa a gente remete para uma pauta. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** Ok? Muito bem.
304 Nós temos a proposta da Conselheira Alzita que este item saia das informações e vá para a pauta, se
305 vencer a pauta, o item for para a pauta e ele, ela retira? **Conselheira Alzita** - Senhor Presidente, já
306 que a Conselheira Cida se sentiu esclarecida eu retiro então, fica como resposta mesmo que ele já
307 acabou de falar o quê que aconteceu e havendo a necessidade a gente transcreve para ponto de pauta
308 em outro momento. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem, ótimo. Então
309 vencido este, nós temos a situação, foi retirado o item quatro ponto quatro e tem a proposta de
310 encaminhamento que como quatro ponto nove, que agora foi retirado o quatro ponto quatro, agora é
311 quatro quatro, quatro cinco, quatro seis, quatro sete, quatro oito e quatro ponto nove o item seja a
312 ouvidoria, apresentação das demandas protocoladas é a sugestão da Conselheira, certo? Os que
313 concordam se manifestem, que saia do informe o item cinco ponto dois, ouvidoria apresentação das
314 demandas protocoladas e ele se torne item de pauta quatro ponto nove, uma vez que o item quatro
315 ponto quatro já foi tirado da pauta ok? Os Conselheiros que concordam com isso, por favor, se
316 manifestem levantando o braço. Vamos contar, **treze(favorável)**. Está entregando hoje? Ok, então
317 vencido agora nós vamos começar pelo expediente relevante. Um aviso serão entregues uma agenda
318 para cada Conselheiro, de acordo com a nossa assessora de comunicação Jaqueline, do Conselho
319 Estadual de Saúde o qual estará remetendo uma para cada um. Primeiro ponto **Expediente**
320 **Relevante**, Conselheira Lilia, primeiro ponto do expediente relevante: Conferência dos sistemas
321 universais de saúde, transferência. **Secretaria Geral Ana Boabaid** - A gente até colocou, bom, boa
322 tarde Ana Boabaid da Secretaria Geral do Conselho Estadual de Saúde nós colocamos o nome da
323 Conselheira Lilia porque ela foi a única Conselheira que participou a nível nacional desse encontro
324 de seguridade social e foi eleita como Delegada e o próximo passo vai ser a Conferência Mundial que
325 estava prevista para este mês que vem e foi adiada para primeiro a cinco de dezembro de dois mil e
326 dez, e nós estamos entrando em contato com Brasília, até porque a Conselheira Alzita que tinha sido
327 eleita precisou fazer uma cirurgia, o Conselheiro Antonio não pode ir e nós tínhamos, éramos quatro
328 Conselheiros e desses todos foi só a Conselheira Lilia, então a gente quer ver se consegue resgatar
329 essas três vagas para o encontro nacional, mas nós não temos ainda, para o mundial, mas nós não
330 temos ainda essa informação ainda. **Conselheiro Antonio** - Só motivo de ordem, por favor. Qual
331 Antonio ela disse aí? Qual Antonio? São dois Antonio, tem que falar qual Antonio. Sobrenome dá
332 para saber não é? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Doutor Antonio ela está falando.
333 Antonio José, sim, o Doutor Antonio diretor da Faculdade de Ciências Médicas. Corrigido o
334 informe. **Três ponto dois: Contingenciamento do Orçamento Planejado para a Saúde Pública de**
335 **Mato Grosso:** Seria o Doutor Augustinho, ele não se encontra presente, tá ok? A Ana vai dar um
336 informe, uma informação. **Secretaria Geral Ana Boabaid** – A Comissão de Monitoramento e



SUS

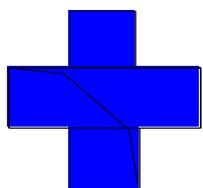
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

337 Cooperação Técnica fez várias reuniões assim que surgiu essa questão do contingenciamento, eles
338 estavam presentes e tiveram o esclarecimento da Gestão. Você poderia dar esse esclarecimento Lilia?
339 Ou Clélia que participou? **Conselheira Clélia** – Clélia Neon, boa tarde. Nós estivemos em reunião
340 com os técnicos na Superintendência de Planejamento e Orçamento, por conta da nossa preocupação
341 porque no primeiro momento, quando se falou em contingenciamento, era que tinha-se todo o
342 orçamento que tinha sido aprovado para a Gestão Estadual, ele tinha sido cortado, então era assim de
343 você se imaginar de quinhentos mil ir para cento e poucos. Então aí nós tivemos uma reunião com os
344 técnicos e eles explicaram para a gente que esse contingenciamento foi por um decreto do
345 Governador, a gente teve até o decreto em mãos, e que ele está sendo, ele é feito por cotas e
346 justificaram a questão do contingenciamento por questões de ser esse ano um ano eleitoral, mudança
347 de gestores e que com todas essas questões poderia ocorrer de gestores que estão para sair, bom eu
348 estou dizendo exatamente o que a gente ouviu dos técnicos né?, que gestores que estão para sair
349 poderiam, ajuda Lilia, gastar, de uma forma irresponsável ele assegurar todo aquele recurso ali de
350 uma só vez para ser gasto. Então, pensando nessas questões e outras questões também, fizeram, o
351 Governador fez esse decreto para que o que realmente foi planejado, o que está dentro do orçamento
352 possa ser gasto durante o ano, mas que nenhum recurso, ele seria, ficado sem gastar de acordo com a
353 programação feita no PPA, PTA, que todos os setores gastariam seu recurso de acordo com sua
354 programação e o que foi aprovado. **Conselheira Lilia** - Colaborando com a Clélia, eu acho
355 interessante a gente chamar a Secretaria aqui para estar esclarecendo com seus técnicos bem claro
356 porque não foi passado para o Conselho essas tomadas de decisões, o que foi passado para nós foi
357 falado verbalmente e o que a gente entendeu vendo no relatório foi uma situação, e o que eles falaram
358 que não, não precisa se preocupar porque não vai retirar a gente vai colocar cotas para serem gastas
359 mensais, mas vão ter que ser gastas. Não esclareceram para a gente, não ficou muito bem claro se
360 num mês, por exemplo, se você não utilizar toda a cota, se você vai poder utilizar no outro e se ela é
361 cumulativa e uma situação muito séria que a gente não pode deixar de falar que essas situações, que a
362 secretaria tem que saber que o Conselho é o órgão deliberativo de instância máxima da secretaria,
363 tinha que ter passado pelo Conselho para a gente tomar decisões. Então como já houve, já foi feito,
364 para a gente tentar discutir, ver o que a gente pode fazer, tem situações que nos preocupa, do ponto
365 de vista eles falaram, não está tudo bem, não vai ter problema, mas é bom a gente ouvir isso e ficar
366 bem claro, preto no branco. **Conselheira Clelia** - Eu só queria fazer uma ressalva Lilia, eu não sei
367 se é, só um pouquinho Presidente, porque quando a Lilia coloca a questão do recurso do mês ele
368 esclareceu que, por exemplo, o Conselho não gastou o recurso que era para ser gasto na cota dele do
369 mês de janeiro, mas ele está cumulativo, janeiro e fevereiro e tem que ser gasto. Mas está à
370 disposição do setor essa questão do contingenciamento. Agora, nós pedimos aos técnicos que isso
371 fosse socializado para os técnicos da Secretaria inteira porque existem muitas áreas técnicas que eles
372 não estão tendo este esclarecimento quanto ao contingenciamento e estão assim preocupados achando
373 que não têm esse recurso para ser gasto no seu planejamento. **Presidente substituto Carlos Alberto**
374 **Eilert** – Conselheiro Edvande é esclarecimento? **Conselheiro Edvande** - É que a Mesa Diretora
375 também que eu faço parte, Edvande discutiu esse assunto com Doutor Augustinho e ele nos disse que
376 para a área da saúde vai se atingida porque o objetivo do contingenciamento do governo mais são
377 parte de obras e na Secretaria quase não tem obras, inclusive a gente falou com ele que pela lei
378 orgânica da saúde, como é área essencial, só pode fazer contingenciamento em caso de calamidade



SUS

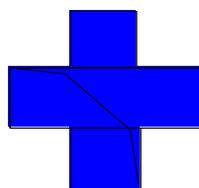
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

379 publica ou retração da arrecadação, então são dois momentos que não acontecem, então pela lei, na
380 verdade não pode fazer contingenciamento, então ele assegurou que a programação da Secretaria vai
381 continuar normal. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok. Estamos informados. Resposta
382 referente à contratualização, Conselheiro Paulo. Por favor o microfone para o Conselheiro. Não. Ele
383 só esclareceu aquele momento, agora que ele vai dizer e aí nós vamos deliberar se vai para a pauta ou
384 não. **Conselheiro Paulo Roberto Araújo** – Paulo Roberto Araújo, representante do Poder
385 Executivo. Nós vínhamos trabalhando um processo de planejamento de fechamento da programação
386 pactuada integrada no mês de dezembro de dois mil e nove, por alguns motivos de ordem técnica
387 relacionada ao sistema SISPP e a troca de secretário de saúde no município de Cuiabá nós
388 deliberamos juntamente com o COSEMS a prorrogação da PPI para o mês de março. Em decorrência
389 da prorrogação da PPI e da substituição, da troca do secretário municipal de Cuiabá nós definimos
390 algumas agendas com o novo secretário para ele estar à par da PPI, estou falando de PPI porque
391 interfere lá no processo de contratualização com os prestadores de serviço. Nós tivemos que ter uma
392 agenda para o Secretário atual se apropriar daquilo que foi pactuado com a gestão anterior porque
393 quem ia executar e quem vai executar é o Secretário Maurélio. O Secretário de Cuiabá abriu para a
394 Secretaria Estadual de Saúde, uma agenda de negociação, nós formamos uma Comissão formada
395 por técnicos do município da atual gestão com técnicos da Secretaria. Gostaria de citar os nomes, a
396 Ariadne, a Janaina e a Marilene, que esta juntamente com o município de Cuiabá estão auxiliando no
397 processo de contratualização dos prestadores de serviço que estão sob gestão do município de
398 Cuiabá. Desde o mês de dezembro, iniciaram-se as reuniões, dia seis de janeiro foi uma reunião com
399 o Hospital Santa Helena, dia sete com a Santa Casa de Misericórdia, dia doze com o Hospital Geral
400 Universitário, dia quatorze com o Hospital do Câncer de Mato Grosso e dia vinte e oito do um com o
401 Hospital Julio Muller. Todos apresentaram propostas ao município. O Estado diante de um processo
402 de pactuação não fechado, estamos justamente no período de articulação, de fechamento de PPI, há a
403 possibilidade, diante do nosso planejamento de PPI, avançarmos na assistência no município de
404 Cuiabá, diante de todas aquelas situações que foram colocadas anteriormente neste Conselho.
405 Dificuldade de relacionamento com o município de Cuiabá por parte dos prestadores, algumas
406 irregularidades apontadas no processo de contratualização, como houve de fato uma troca de
407 secretário nós achamos melhor e mais plausível e bom senso dar tempo ao Secretário se apropriar dos
408 mecanismos para que pudesse fazer frente a todo esse processo. Abriu automaticamente um processo
409 de negociação com os prestadores de serviço e assim que o município de Cuiabá definir uma agenda
410 de fechamento de contrato com os prestadores de serviço e vai ser possível somente após a PPI
411 avançar no quantitativo físico e financeiro com os prestadores de serviço, então meus caros
412 Conselheiros, até março de fato nós temos, todo esse processo de pactuação e o processo de
413 contratualização no município de Cuiabá definido. Não poderíamos arbitrariamente, entendo eu,
414 diante de uma substituição troca de secretário, até que ele tenha um tempo pra se apropriar e para
415 mostrar diante de uma situação dessa, administrativamente resolver, até porque foi constatado que
416 houve problemas no processo de contratualização do município que nós achamos melhor ser parceiro
417 do município de Cuiabá, neste momento estamos sendo, vai chegar o momento que nós vamos lá na
418 PPI, nós, a equipe de planejamento fez uma reserva técnica que é um recurso financeiro justamente
419 no finalmente la das articulações, eu gostaria de uma prorrogação de tempo Senhor Presidente para
420 que a gente possa assegurar aos prestadores de serviço no município de Cuiabá, principalmente o



SUS

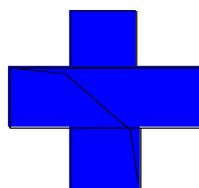
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

421 prestador de serviço público, até porque há uma negociação também com o Hospital Geral, com o
422 Hospital Julio Muller na questão da oftalmologia, de repente a gente pode garantir uma referencia
423 para todo o Estado. Então é um momento de articulação, um momento de negociação ele está
424 acontecendo e por isso infelizmente não poderia de repente dar uma resposta definitiva vai ser tanto,
425 primeiro porque a PPI não fechou, segundo porque os prestadores de serviço estão sob a gestão do
426 município de Cuiabá. Se tudo acontecer da forma como está acontecendo, a parceria, as reuniões e
427 tudo aquilo que a gente está falando se concretizar, em março eu acho que a gente vai ter uma
428 situação mais tranqüila à partir de abril, pelo menos os prestadores de serviço vão estar com os
429 contratos assinados. Só não fez, até entendo agora o secretário Maurélio, porque ele não tem
430 condições técnicas de precisar qual é o teto financeiro da PPI para ele poder repassar ao Pronto
431 Socorro, ao Julio Muller, ao HGU, à Santa Casa, mas o Estado está colaborando neste processo. .
432 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok. Está esclarecido? Podemos jogar esse ponto de
433 pauta para o mês de março? Então vamos fazer o seguinte, nós vamos deliberar agora sobre este
434 assunto que ele é informe, e informe não tem discussão no informe, só tem esclarecimento, desculpe,
435 não é ponto de pauta estamos obedecendo aqui. Então não tem que estar, por isso que eu estou
436 perguntando, a Conselheira Alzita encaminhou, ele dá o informe e nós deliberamos se vai para ponto
437 de pauta, então eu acabei de propor o próximo ponto de pauta do mês de março, mês de março? Ou
438 abril? Abril, a primeira reunião de abril o primeiro ponto de pauta. **Conselheiro Paulo Roberto**
439 **Araújo** – Senhor Presidente, desculpa interromper o senhor, eu gostaria, se fosse possível, diante da
440 importância dessa discussão, se a gente pudesse pelo menos abrir um pouquinho até para a gente
441 sentir aqui dos Conselheiros, é tão importante, eu olhei aqui para o Doutor Ângelo, que vem
442 acompanhando também, que participou e dos demais Conselheiros se de repente a condução é esta
443 mesmo, porque nos estamos em um processo de negociação, nós vamos fechar em março, entendeu?
444 Abril, eu estou falando assim, aproveitar esse momento agora. Eu estou insistindo nisso, porque
445 assim, nós vamos sair daqui, nós vamos para uma reunião agora às quatro e meia horas também lá
446 com o secretário Maurélio e sua equipe, eu vou ter que pedir para me ausentar daqui também.
447 Gostaria que os Conselheiros entendessem. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Eu vou
448 fazer só uma colocação Paulo, porque eu acho que se este Conselho tem que tomar providencia, está
449 em cima da fala que eu perguntei para a Doutora Eugenia no dia da contratualização e que ela
450 admitiu que usa dinheiro para pagar privado e não pode, e aí eu não gostaria de discutir isso aqui
451 agora porque senão nós teríamos que parar na justiça. Este Conselho tem esta responsabilidade, então
452 eu gostaria que a gente começasse a discutir para lá até como presidente senão. A gente abre porque
453 eu sei que o Julio Muller vai se reunir agora com o Município, então nós faríamos uma reunião nem
454 que seja uma extraordinária se for o caso, somente para conhecermos, inclusive com convite ao
455 Doutor Maurélio para que o mesmo estivesse presente na reunião. Eu acho que essa é a importância
456 do que nós estamos discutindo, podemos encaminhar assim? **Conselheiro Ângelo** – Senhor
457 Presidente eu não posso deixar de falar alguma coisa sobre isso, porque no meu entendimento, eu já
458 tinha falado naquela reunião lá, olha não é possível um assunto desse ficar discutindo a nível do
459 COSEMS, a nível do Conselho Municipal, a nível do Conselho Estadual e ficar aí embolado o meio
460 de campo. Então no meu entendimento é o seguinte, o que for deliberado nessa administração plena
461 do município, aqui nós vamos deliberar ou homologar, se houver algum problema que algum
462 prestador criar caso, não houver acordo, porque se houver acordo gente, o foro competente é lá para



SUS

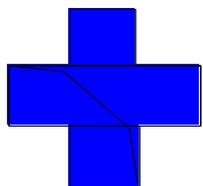
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

463 resolver o problema e não aqui, aqui nós vamos homologar e “pt” saudações senão ficam repetitivas
464 as coisas. Essa é a minha visão, ok? Muito obrigado. **Conselheiro Orlando** – Carlinhos. **Presidente**
465 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Fala Orlando e aí nós vamos encaminhar. **Conselheiro Orlando**
466 – São trinta segundos. Eu estive lá no Hospital Julio Muller não vai ser possível estou também
467 propondo que seja encaminhado como pauta e ouvi funcionário dizer que um dos problemas do
468 Hospital Julio Muller é que existe uma verba indenizatória, não sei se o nome é esse, para os médicos
469 e enfermeiros e não para os demais funcionários. Penso se isso for verdade, isso é grave no sistema lá
470 de contratação, que eu não sei como que é o sistema de contratação, então a gente tem dificuldade.
471 Eu fui inclusive, tentei falar com alguns dos outros Conselheiros para a gente estar presente, mas não
472 foi possível e uma pessoa lá que estava angustiada na situação que ela estava passando, aí com as
473 base nas informações que a gente tinha acompanhado na imprensa escrita da baixada cuiabana, estive
474 lá além de outras situações que a gente tem visto, questão das liminares, questão das denúncias do
475 próprio Ministério Público com relação à Secretaria de Saúde do Estado e do município, então eu
476 acho que tem questões muito sérias, e para concluir, já passou dos trinta né? Eu estou achando que
477 está assim, foi muito rápido essa avaliação de piora da situação que o município estava tendo para
478 uma melhora, só com a troca do secretário municipal de saúde. **Presidente substituto Carlos**
479 **Alberto Eilert** – Então estamos esclarecidos, nós estaremos encaminhando para a **primeira reunião**
480 **ordinária do mês de abril**, ok? Com os resultados. Os conselheiros que concordam, por favor se
481 manifestem levantando a mão, o braço. Doze (favoráveis), primeiro ponto de pauta do mês de abril.
482 Contrários? Abstenções? Com uma abstenção e doze favoráveis, então é primeiro ponto de pauta a
483 contratualização, com convite ao Senhor Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá e dizer que
484 mesmo sendo gestão plena, este Conselho que delibera e homologa, está certo? Então eles devem a
485 nós, não só Cuiabá, mas todos os municípios do Estado de Mato Grosso têm que vir. O próximo
486 informe é **recomposição do Pleno do Conselho Estadual de Saúde para o biênio dois mil e dez**
487 **dois mil e doze**. A informação que nós temos é que cada entidade, como a mudança da lei não foi
488 aprovada deverá estar informando o Pleno deste Conselho, de preferência antes do dia vinte e cinco
489 de fevereiro para que dê tempo de publicar, vamos delimitar uma data, porque é para tomar posse na
490 primeira reunião ordinária do mês de março. Então dia vinte e cinco seria a data limite para que as
491 entidades informem ao Conselho, não sei nem se é domingo, deixa eu dar uma olhada, tem um
492 calendário por aqui. Fevereiro, dia vinte e cinco é uma quinta-feira, aí dia vinte e seis dá para
493 publicar, né? Porque a próxima reunião é dia três de março ou vinte e quatro. Vamos marcar vinte e
494 quatro de fevereiro, ok? Então até o dia vinte e quatro de fevereiro as entidades deverão informar ao
495 Conselho Estadual de Saúde seus novos representantes ta certo? Para que possam tomar posse no dia
496 três de março. Resguardado aí como que feita a ata de posse, ok? A posse ele toma aqui. **Conselheira**
497 **Clelia** - Ata de indicação ata de posse é daqui. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Então
498 é ata de indicação, estatuto da entidade, o CNPJ e endereço atualizado, ok? E nós da saúde, os
499 conselhos de saúde nós vamos via Conselho Estadual marcar uma reunião que daí entre as quatorze
500 profissões de saúde que estão na portaria, né? Biologia, nutrição, medicina, educação física, medicina
501 veterinária, estarão aí, vamos marcar um dia da eleição, antes a gente se reúne e através do fórum são
502 eleitos os quatro mais votados e os quatro suplentes. Resolvido? **Conselheiro Ângelo** – Para a
503 Universidade Federal de Mato Grosso basta um ofício da reitora porque ele assenta aqui permanente
504 ou ela pode ser substituída? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – A Universidade Federal



SUS

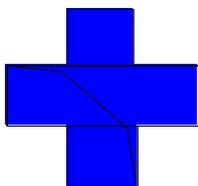
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

505 de Mato Grosso, ela tem assento. **Conselheiro Ângelo** – Permanente, então basta um ofício da
506 reitoria. **Conselheira Clélia** – Questão de ordem senhor Presidente, só para esclarecimento todas as
507 organizações que estão neste Conselho, eles estão dentro da Lei Complementar número vinte e dois
508 até que mude essa lei, essas instituições, organizações e associações, elas tem o direito já por lei.
509 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem. No meu entender a reitora teria que
510 chamar uma assembléia para escolher, mas nós estamos ficando quietos e a gente não se mete no
511 negócio, porque aqui ele é representante da Universidade Federal de Mato Grosso. É só para colocar,
512 mas não vamos entrar na polêmica eu acho que está muito bem representada, nós já tivemos
513 problemas com colegas que não vieram. **Conselheiro Ângelo** Presidente, Senhor Presidente, é que na
514 verdade é escolhida através na área da saúde, é por isso que tem essa. **Presidente substituto Carlos**
515 **Alberto Eilert** – Vamos lá. **Três ponto cinco: Comissão – Conselheira Jucelia** - Só uma dúvida,
516 em relação a, porque aqui tem, quando indica os usuários tem representante da Associação dos
517 Deficientes, Associação dos Portadores de Patologia. Nesse caso a gente sabe que tem algumas
518 entidades que representa, eu queria saber no caso dessas duas entidades, se são chamadas essas duas
519 entidades que representa esse segmento para poder definir, tipo o Senhor Antonio, tem os renais
520 crônicos, tem outros tipos de patologia, como que isso vai ficar definido, a secretaria estará
521 encaminhando? Essa organização? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – É o seguinte, essa
522 organização, no Conselho as entidades já estão nominadas, por isso que está acontecendo isso.
523 Agora, nem todas, as que estão nominadas, AMDE, Portadores Renais, Trânsito ou NEON, essas não
524 tem a escolha, agora na entidade que só diz portadores de deficiência aí eu acho que o pessoal tem
525 que acabar se reunindo e fazer como faz o fórum da saúde mas a Lilia pode esclarecer. **Conselheira**
526 **Lilia** – Posso. Todas as instituições como falam na oitava conferência, deveriam fazer fórum, fórum
527 onde seriam eleitos seus membros. Na minha instituição é chamada uma assembléia, onde são
528 convocados todos os tipos de deficientes e lá nós elegemos os membros que vão participar dos
529 Conselhos, de todos os Conselhos. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Esclarecido?
530 Muito bem. Próximo ponto de pauta, informes **Três ponto cinco – Comissão de Monitoramento e**
531 **Cooperação Técnica – Encaminhamento da Comissão referente aos relatórios enviados à**
532 **Secretaria Geral pela Auditoria Secretaria Estadual de Saúde** – quem vai informar? **Conselheira**
533 **Clélia. Conselheira Clélia Neon** – Nós da Comissão de Monitoramento e Cooperação Técnica, a
534 gente está com uma demanda muito grande dentro dessa Comissão que ela vem da ouvidoria e da
535 auditoria, e agente em reunião nos estamos muito preocupado porque enquanto membro do conselho
536 e membro da comissão nos temos uma data específica para esta reunindo levantando a questão esse
537 trabalho que tem trazer para o conselho para a gente mostrar para o Conselho as demandas, as
538 dificuldades que está tendo a nível gestão estadual e municipal, nós conversando, chegamos a uma
539 conclusão que nós temos que trazer pro Conselho, tivemos que trazer pro Conselho e solicitar e fazer
540 uma discussão aqui da possibilidade da gente contratar mais servidores para dar uma coordenação
541 técnica, uma assessoria técnica para as Comissões, porque senão a gente não vai dar conta do nosso
542 trabalho. Porque a auditoria a pilha está desse tamanho, se a gente for olhar isso porque a ouvidoria
543 ainda não mandou o resto, se a gente for olhar processo por processo para a gente discutir a situação
544 e dar os encaminhamentos e trazer aqui para o Pleno do Conselho nós temos que ir todos os dias ao
545 Conselho Estadual de Saúde pra Secretaria Executiva, lá na Secretaria Executiva e é impossível, é
546 inviável, nós enquanto Conselho, Conselheiro, fazer esse trabalho dentro do Conselho. Então o quê



SUS

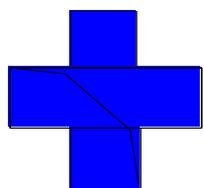
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

547 que foi discutido, nós temos que, assim, urgentemente, ampliar melhorar os servidores na Secretaria
548 Executiva, os técnicos para dar essa assessoria, acho, não só para Comissão de Monitoramento, não
549 só para a Comissão de Planejamento e Orçamento mas para todas as Comissões que tem muita
550 demanda para a gente poder fazer uma avaliação técnica e nós estamos nos sentidos assim, realmente
551 sem possibilidade de fazer esse trabalho. Então a gente quer socializar essa angústia que nós
552 membros da Comissão de Monitoramento estamos sentindo lá na Secretaria Executiva não tendo, não
553 tem profissionais para poder fazer esse trabalho técnico para quando a gente sentar durante as nossas
554 reuniões de Comissão a gente já ter um norte do que a gente precisa deliberar e trazer aqui para o
555 Pleno do Conselho para ser deliberado as questões, a política de saúde. **Presidente substituto**
556 **Carlos Alberto Eilert – ok. Três Ponto seis – Apoio às Comissões Especiais e Permanentes do**
557 **Conselho Estadual para alimentação e combustível –** Eu acho que agora é a Secretaria né?
558 Rosane. **Secretaria Geral Ana Maria -** Bem, a assessora está falando que eu não pedi para ela falar
559 isso, mas isso aí estava na pauta justamente porque foi uma solicitação que os Conselheiros estão
560 tendo necessidade na questão do alimento, na questão do combustível. Essa questão que já foi
561 discutida aquele apoio financeiro no passado para o Conselheiro. Então no decorrer, no final do ano
562 passado nós tentamos em vários setores da Secretaria Estadual verificar como que a gente fazia um
563 kit, uma disponibilização de combustível, de alimento quando os conselheiros ficam lá, quando vai e
564 vem, sempre temos problemas da questão do transporte, então com isso nós fizemos mais ou menos,
565 o seu Mário nos sugeriu que fizéssemos uma Resolução, então com isso ele citou ainda a resolução
566 que foi feita para o Conselho Estadual na questão das diárias e nessa linha das diárias foi se
567 construindo essa resolução que está aí. Então eu acho que essa resolução ela tem que ser ainda
568 revista, tem que ser estudada, né assessora? E uma Comissão tem que estar junto e ver se é isso
569 mesmo que o Conselho tem necessidade, o único canal, caminho legal que a gente achou foi esse de
570 uma resolução. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert –** Então eu tenho uma proposta de
571 encaminhamento. Que sejam enviadas a todos os Conselheiros a cópia da proposta de resolução,
572 porque só está como informe e que ele seja pautado para o mês de março, ok? Concordamos assim?
573 Não precisamos nem votar, né? Porque é só informe, os Conselheiros vão receber uma cópia e aí vão
574 poder opinar e tal, entendeu? Ok? Muito bem. **Três pontos sete –** Informamos que o
575 microcomputador e a impressora enviados pelo programa de inclusão digital estão devidamente
576 instalados na sala de reuniões do Conselho, informamos ainda que a Secretaria disponibilizou a
577 assessora de imprensa Jaqueline para estar fazendo contado entre o Conselho Municipal e a
578 disposição da Secretaria de Gestão Participativa Conselheira Marivanda Eilert. **Conselheira**
579 **Marivanda Eilert –** Marivanda, representante do trabalhador, Conselho Regional de Medicina
580 Veterinária. No final do ano passado, em dezembro, quatorze e quinze eu estive participando do
581 Primeiro Encontro Nacional de Avaliação da Implementação do PARTICIPASUS, fui eleita aqui
582 para ser representante do Conselho e durante essa avaliação nos foi solicitado que fizéssemos um
583 *check-list* de todos os Conselhos Municipais de Saúde do Estado para que eles pudessem ser
584 contemplados com alguns equipamentos para auxílio de sua infra-estrutura e junto com esse *check-*
585 *list* cada Conselho teria que cumprir uma determinada exigência do Ministério que é preencher um
586 questionário que eles formularam, e estar respondendo este questionário e teria que estar
587 apresentando a ata das reuniões em que foram instalados os computadores e as impressoras
588 devidamente funcionando que eles, apresentassem também que o Conselho Municipal tem estrutura



SUS

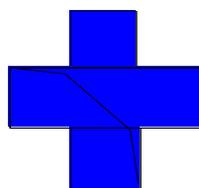
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

589 física para que ele possa comportar esse equipamento, e que na realidade vai ser mais um
590 complemento da gestão participativa que é o Kit saúde. Então para ele receber esse kit saúde, que ele
591 é composto por alguns equipamentos, que é uma televisão LCD trinta e duas polegadas, um ponto de
592 canal, uma antena parabólica, computador, impressora e estabilizador. O quê que esse kit saúde vai
593 oferecer? É uma ferramenta tecnológica que vai ampliar a forma de comunicação e informação das
594 saúde nos municípios através do Conselho, mas para que o Conselho receba esse kit saúde, ele tem
595 que estar quite com esses outros equipamentos, feito *check list* e apresentada a ata e feito o seu
596 cadastramento dentro do Conselho. Então a Jaqueline está fazendo todo esse *check-list*, ela pode até
597 dar uma posição de como está sendo feito isso e como está ocorrendo esta checagem no Estado. Tá
598 ok? E foi muito boa a minha participação, foi interessante porque na realidade essa ferramenta vai ser
599 de muita prioridade para que a gente implante o PARTICIPASUS nos municípios, ok? Jaqueline.
600 **Assessora de Imprensa Jaqueline** – Boa tarde. Eu estou entrando em contato com os Conselhos
601 via e-mail desde dezembro quando a Conselheira Marivanda retornou e passou essa lista e passou
602 essa tarefa para a Secretaria Executiva, tenho entrado em contato com eles, alguns já enviaram direto
603 para o Ministério, desde o meio do ano passado, desde julho do ano passado eles estão
604 encaminhando, só que encontra-se muitos em pendências em razão da estrutura física mesmo, muitos
605 não têm um local próprio para o Conselho e é o que está emperrando um pouco mais. Eu creio que
606 até março a gente já está com cem por cento das informações encaminhadas para o Ministério.
607 **Secretaria Geral Ana Maria Boabaid** - Sobre esse mesmo assunto nós recebemos ontem um
608 telefonema do Conselho Nacional que vão formalizar um convite para o dia oito de março em Campo
609 Grande, vai ser um dia de oficina para tratar sobre esse assunto. Eles vão estar se reunir as pessoas
610 responsáveis justamente por aquele bloco de gestão, ouvidoria, auditoria, conselho, as comissões
611 ligadas a esse setor; e eles ficaram de formalizar ontem ainda, mas nós não recebemos até hoje de
612 manhã isso. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok? **Conselheira Marivanda Eilert** Só
613 um instantinho Presidente, vou disponibilizar para o Conselho, né? A ultima avaliação feita, se os
614 Conselheiros tiverem interesse de passar no Conselho e dar uma olhadinha aqui tem toda avaliação
615 de todos os Estados que fazem parte do PARTICIPASUS, tem o relatório do Estado de Mato Grosso,
616 qual é a situação atual dele e quais são as propostas que o PARTICIPASUS tem para Mato Grosso. Ok?
617 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Só para complementar o que a Conselheira
618 Marivanda está colocando, eu gostaria que esse Conselho fizesse por ofício, cópia da dissertação de
619 mestrado da técnica administrativa Nídia que apresentou a avaliação do Conselho, não é isso? Sobre
620 o Conselho Estadual de capacitação de Conselheiros, porque a gente não consegue a cópia na
621 biblioteca da Escola de Saúde Pública até agora. A gente vai lá buscar para ler para ver qual é, aonde
622 ela buscou, é Nídia né? É Nídia, ela é técnica aqui na Escola de Saúde Pública, psicóloga, colega da
623 Conselheira Maria Aparecida, e ela faz sobre a capacitação, a dissertação de mestrado dela é sobre a
624 capacitação dos Conselheiros. E aí eu pergunto se alguém aqui foi instado a falar ou não e a gente
625 está tentando fazer essa leitura para ver o que está lá dentro e a gente não consegue. O próximo ponto
626 aqui de informes e aí é o ultimo informe é com a Doutora Rosane a respeito de uma denuncia dos
627 processos noventa sessenta e quatro zero seis, noventa sessenta e quatro zero sete ele não está na
628 folha dos senhores, e trinta e quatro oitocentos e quarenta e cinco de dois mil e dez. (**Assessora**
629 **Jurídica Rosane**) – Boa tarde, essa pessoa até está presente aqui, ela fez um protocolo para a gente
630 no Conselho Estadual de Saúde, sobre algumas reclamações, sobre alguns questionamentos que ele



SUS

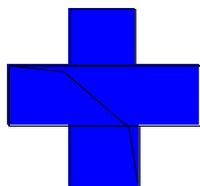
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

631 está fazendo para a Secretaria e não está tendo resposta, como por exemplo, o TFD e, é mais TFD.
632 **Ouidora Edna** - Eu até gostaria que ele mesmo explicasse durante esses dois minutos porque esses
633 processos, na ouvidoria foram protocolados alguns processos, que encontram-se no gabinete do
634 Secretário de Estado, e ele encaminhou alguns outros processos para a própria Secretaria de Estado.
635 Então, os de posse da Ouvidoria já passou pela Auditoria e até o momento a gente não conseguiu
636 responder ainda concretamente porque os processos não estão em mãos, os processos originais
637 encontram-se no gabinete do Senhor Secretario de Estado. **Presidente substituto Carlos Alberto**
638 **Eilert** - Então eu acho que nós vamos abrir uma fala aqui. Os conselheiros que concordam que possa
639 se manifestar durante três minutos, por favor, levantem o braço, até para colocar a situação do TFD
640 da forma que ele está passando. Ok? Podemos conceder três minutos? Por favor, seu nome identifica
641 direitinho. **Usuário Viviano de Almeida Cubas** – Bom, Viviano de Almeida Cubas eu sou usuário
642 do SUS no sistema TFD, eu acho que já chegou a esse Conselho, inclusive já foi pautado por ele a
643 questão do credenciamento entre a HGU e o Hospital Geral Universitário, né? O Julio Muller e este
644 Conselho deliberou que seria credenciado apenas o, este Conselho deliberou que em questão pública
645 seria credenciado o Julio Muller não obedecendo a esta normativa, foi passado para Brasília o
646 credenciamento do HGU aonde as normativas do credenciamento não existe o respeito dos tópicos do
647 credenciamento, que é assistente social, todos os acompanhamentos aonde está sendo discutido já na
648 seara do Ministério Público Federal a esse respeito, eu como **coordenador USP de São Paulo da**
649 **patologia fissura crânio facial** tenho demandado aqui na Secretaria, algumas perguntas para que
650 possam excluir o procedimento no Ministério Público Federal, quanto a pagar para os usuários dos
651 cento e quatorze municípios do Estado de Mato Grosso aonde tem uma listagem de pacientes neste
652 lugar e sou responsável por estar passando essa informação. No mês de junho eu vim buscar uma
653 informação dentro da Secretaria de Saúde, a senhora Bruna Marques, secretária lá, eu não sei qual é a
654 função dela, de assessoria chamou o segurança e me pediu para retirar de dentro do prédio da
655 Secretaria escoltado por seguranças. E todas as vezes que eu vou à Secretaria de Saúde o guarda me
656 acompanha de sala em sala, e isso vocês podem solicitar das câmeras ou podem solicitar da
657 Ouvidoria ou da onde for, há um acompanhamento tipo criminal, um crime entrando de sala em sala
658 sendo perseguido. Eu nunca vi isso dentro de uma repartição pública. Quando se pergunta para o
659 Secretário, ele não responde, ele delonga e a resposta que eles dão no ofício não se dá. No mês de
660 outubro eu pedi para o Conselho Estadual de Saúde que respondesse para mim algumas indagações e
661 juntei toda documentação e encaminhei ao presidente do Conselho Estadual de Saúde, que é o
662 próprio Secretário, ele não repassou ao Conselho. Dois meses depois, eu fiz esse requerimento,
663 perguntei à primeira secretária se ela havia recebido, ele disse que não havia recebido eu re-interei o
664 ofício, re-interei copia de tudo aquilo e passei de novo para a Ana para que ela passasse para os
665 Senhores, daquilo que realmente está acontecendo, onde não há resposta e a essa perseguição pessoal.
666 E agora, aconteceu na semana passada, que eu fui na Secretaria de Saúde para saber resposta do
667 ofício, o senhor Marcio, advogado da Secretaria de Saúde, tentou tomar o celular da mão para não
668 gravar conversa, justamente para não incriminar nenhum fato de não responder e não poder dar
669 informações precisas. Registrei Boletim de Ocorrência de novo na delegacia, foi de novo para a
670 Promotoria Criminal, aonde vai ser tratado em esfera criminal. Eu acho que chega a raiar no bar do
671 absurdo que um usuário de saúde, uma categoria representativa perguntar para o Secretário o que
672 pode realmente ser deliberado e a Secretaria não responder. E perguntar aos Conselheiros de cada



SUS

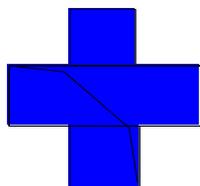
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

673 setor aonde pode ser respondido e o próprio Presidente do Conselho reter esse documento e não
674 passar para os senhores essas pontuações que estão sendo feitas nestes pedidos, obrigado. **Presidente**
675 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Está dado o informe da situação que está acontecendo, em
676 relação ao tratamento que está sendo recebido o usuário. **Pauta. Quatro ponto um – Conselheiro**
677 **Orlando** – Carlinhos, uma questão de ordem, do que ele coloca aí, da gravidade do que ele coloca,
678 inclusive, nós enquanto Conselheiros, não tínhamos conhecimento sobre isso, penso que isso tem
679 que ser tornado público, tornar isso público porque senão, eu já até falei varias vezes isso aqui
680 enquanto Conselheiro representante dos usuários dos trabalhadores, representante do SINTEP, vai
681 chegar um momento que nós trabalhadores vamos ser denunciados, isso é gravíssimo. Eu penso que
682 nós temos que tornar público. Tornando público, doa a quem doer. **Presidente substituto Carlos**
683 **Alberto Eilert** - A Conselheira está colocando, esse processo tem alguma coisa a ver com a
684 denúncia? Essa é a primeira pergunta do esclarecimento, porque eu também agora, o que o Orlando
685 falou agora estou. **Assessora Jurídica Rosane** - Nós não trouxemos o processo aqui em mãos, mas
686 que eu me recorde que eu li processo, foi feito um documento para o Conselho para o Senhor
687 Secretário, o que eu até falei para o Viviano, só que ele faz um ofício assim, Presidente do Conselho
688 Estadual de Saúde, Ouvidoria Geral, Ouvidoria Setorial e coloca o nome de todo mundo e faz o
689 protocolo. O Senhor Secretário respondeu este ofício ao Viviano. Eu que perguntei para ele. Viviano,
690 os seus questionamentos aqui estão muito escuros, eu não consegui compreender o que você
691 realmente quer com relação ao TFD, com relação ao ressarcimento, isso eu entendi. Mas para mim,
692 com relação a essas denúncias não ficou muito claro no pedido dele, eu até conversei contigo com
693 relação a isso. Ele falou pra mim, pessoalmente, ele foi procurar esses processos, que ele iria pedir
694 cópia na íntegra de todos os protocolos dele para poder, ou reiterar e saber que tipo de resposta que
695 está sendo dada ou não. Isso foi uma conversa que nos tivemos porque lá no Conselho chegou para
696 gente, chegaram três processos e, é uma coisa que não está muito clara. Os pedidos dele não estão
697 muito claros, pelo que eu entendi. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – É uma vez só, nós
698 estamos tentando esclarecer. Conselheira Alzita? A Conselheira Alzita, por favor. **Conselheira**
699 **Alzita** – A gente, enquanto Mesa diretora, foi pra gente alguns informes. Aí, veio o processo, vários
700 processos do Senhor Viviano, entendeu? E nos processos nós olhamos um por um, chamamos a
701 assessora, o processo trata-se da cobrança de pagamento de diárias em relação à TFD. Então o
702 objetivo do processo que nos foi encaminhado, foi este. Agora, eu não entendi porque que ele veio
703 aqui, aqui era para mostrar ao Conselho que ele está reclamando de pagamento de diárias de TFD,
704 todos os três processos números noventa sessenta e quatro zero seis barra dois mil e nove, noventa
705 sessenta e quatro zero sete barra dois mil e nove, trinta e quatro oitenta e quatro zero cinco barra dois
706 mil e dez, todos os três processos referem-se a cobrança de pagamento de diárias para TFD.
707 **Conselheiro Jader Correia** – Jader Correia, representante do COSEMS. Eu lembro muito bem que
708 na Caravana do SUS, esse rapaz ele questionou o Secretário, onde o Secretário Augustinho colocou
709 várias respostas pra ele em relação a tudo que ele indagava da plenária, então o que ficou lá colocado
710 também que nos entendemos foi isso que a Conselheira colocou agora, é com relação às diárias de
711 TFD. Então eu acho assim, nós deveríamos, antes de tornar público, eu acho que tem que tornar
712 público sim, mas vamos também colocar os pingos nos is. Eu acho que antes de tornar isso daí
713 público a gente deve questionar a Secretaria de Saúde para saber o que está acontecendo realmente,
714 porque o processo de TFD, nós que somos secretários, a gente destaca ele de várias formas, ou



SUS

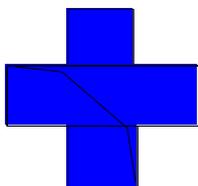
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

715 passagem aérea, ou passagem terrestre, ou se você tem direito a um acompanhante, se você não tem
716 direito a um acompanhante, se você necessita de um acompanhante. Então, tudo isso tem que ser
717 colocado na íntegra para a gente saber realmente. Se ele estiver sendo lesado com relação a isso daí,
718 eu acho que nós temos sim que partir para cima da Secretaria e saber porque que está sendo tratado,
719 agora, se tudo, certo? Que for, de acordo com a legislação, se ao invés dele pedir passagem aérea o
720 TFD der uma passagem terrestre porque ele não necessita de urgência pra chegar no destino dele pra
721 ele fazer o tratamento é outra história. Então, eu falo isso como gestor, entende, porque nós temos
722 essa dificuldade, todos nós temos essas dificuldades aqui, e é muito complicado para nós, todas essas
723 coisas a gente sabe, a gente que faz saúde com dificuldade é dessa forma; só para vocês terem uma
724 idéia há oito dias atrás uma paciente nossa tomou duas balas na cabeça, você sabe o quê que o
725 medico diretor lá de Tangará da Serra disse para mim? Ou você paga dez mil reais ou a gente não
726 opera, por quê? Porque eu não consegui neurocirurgião aqui em Cuiabá, e por causa de dez mil reais
727 eu não ia deixar uma paciente morrer. Então as coisas elas tem que ser colocadas de acordo com as
728 suas devidas, entendeu, conseqüências. Se este rapaz está cobrando passagem aérea e não tem
729 necessidade de passagem aérea, é uma coisa, agora, a gente chegar como eu vi o debate que houve, as
730 indagações dele lá no plenário com relação ao Secretário, tudinho entendeu? E o próprio Secretário
731 respondeu, são outras coisas. Então eu acho assim, se ele estiver indevidamente assistido, a secretaria
732 ela tem que pagar sim por isso, agora se ele quiser alguma coisa acima da legislação, acima ao qual
733 lhe pertence é outra coisa, eu acho que a gente tem que primeiro ter o direito de resposta da
734 Secretaria pra gente saber o quê que está acontecendo com relação a esse processo desse rapaz.
735 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Nós temos três inscitos salvo melhor juízo, Edvande,
736 tem mais? Gente era informe, eu estou dizendo o seguinte, isso aqui é informe, não é ponto se for
737 informe nós vamos tratar como informe, nós não vamos aqui defender nem o tratamento e nem
738 vamos analisar a situação, então, é isso que eu estou dizendo, senão também agora eu acabei ficando
739 vendido, é informe. Acho que o informe foi dado, se o Edvande tiver um informe com essa natureza,
740 tudo bem. Se nós formos desvirtuar os outros informes, desculpe, eu vou pedir para o pessoal não
741 tratar, mas o assunto é: Qual é o informe sobre os três processos e a fala do moço que está aqui que o
742 Conselheiro Edvande quer falar. **Conselheiro Edvande** – Edvande do GRUCON, o que Alzita
743 colocou aí que e Mesa Diretora discutiu esse assunto e teve acesso aos processos, realmente o que
744 está lá é cobrança de diárias que não estão nos laudos e também reclamação que ele esta recebendo
745 no laudo passagem terrestre e ele quer passagem aérea, e lá no laudo não está passagem aérea. Então
746 é essa informação que ele tem que discutir com o médico que está dando essa solicitação para rever
747 essa situação. É mais ou menos isso que está lá nos laudos do processo. O TFD está cumprindo com
748 você, o direito em si que está nos laudos médicos o TFD está cumprindo contigo. **Presidente**
749 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Edna é sobre esse informe. Você não falar da ouvidoria,
750 desculpe. **Conselheira Jucelia** - Só uma questão de ordem, Carlos. Eu acho que houve até um
751 equívoco aqui na condução desse informe porque eu acho que é complicado você trazer um usuário
752 aqui, ele fazer toda uma reclamação, uma denúncia sem a gente estar esclarecido de que processo que
753 é esse, então teria que ter esclarecido isso, aqui não está na pauta, eu sou representante dos
754 trabalhadores e coincidentemente trabalho no setor, e que são situações assim para trazer aqui, cria
755 uma expectativa para o usuário que ele esteve aqui, acho que não e momento, agente tinha que ter
756 trazido o Jader colocou bem, são situações especificas que ocorre na secretaria, e agente esta vendo



SUS

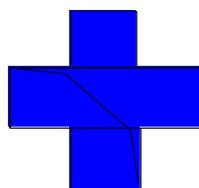
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

757 um lado, acho que esse assunto tem que ser trazido de forma clara para cá, é processo da ouvidoria,
758 teria que ter sido alimentado, teria que ter sido feito várias outras situações de esclarecimento para
759 que os Conselheiros pudessem opinar aqui, então essa situação ocorreu por um equívoco da condução
760 aqui desse processo. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Pessoal, então eu acho que o
761 encaminhamento que a nossa Conselheira está falando, a Edna quer falar, eu vou liberar porque senão
762 ele vai dizer que eu não, né? Mas nós vamos respeitar aqui desde que a ouvidoria fale sobre este
763 assunto. **Ouidora Edna** - A minha preocupação é que esses processos eles são, foram protocolados
764 na Ouvidoria e conclusivamente eles não estão na Ouvidoria, os processos originais e gente precisa
765 da resposta para esse usuário, e ele insistentemente tem ido a Secretaria de Saúde e realmente tem
766 sido escutado pelo guarda, então é assim, o que eu gostaria de pedir é que a Comissão então
767 estudasse os processos pra que a gente pudesse dar uma posição conclusiva para ele, porque ele precisa
768 de resposta, de uma resposta oficial. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Obrigado Edna,
769 eu acho que está, e Alzita. **Conselheiro Jader Correia** – Só um pouquinho Carlinhos. Peço licença
770 para me retirar, eu tenho um compromisso agora e eu estou de pleno acordo com o que a nossa
771 colega colocou. Enquanto a gente não tiver na íntegra o que está acontecendo nós não podemos
772 julgar, então a gente tem que ter o conhecimento de tudo porque o TFD ele é um processo complexo,
773 não é de tudo porque é TFD que você tem direito e acompanhante, que você tem direito a, não,
774 existem os critérios a serem adotados de acordo com as necessidades, obrigado. **Conselheira Alzita** -
775 Então Senhor Presidente, é a ouvidora Edna os processos originais estão com a assessoria jurídica do
776 Conselho. **Conselheiro Orlando** - Viu Carlinhos, desculpa, eu estou retirando a proposta de tornar
777 público diante dos esclarecimentos que foram colocados que realmente a coisa está um pouco
778 atravessada. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Orlando, eu vou fazer o
779 encaminhamento, que o Conselho disponibilize para quem tem interesse todinho, está na secretaria os
780 processos, os Conselheiros passam olham verificam e aí tiram suas dúvidas, tá ok? E aí numa
781 próxima reunião a gente trata. Pode ser assim? Microfone para o Ambrósio, por favor. **Usuário**
782 **Ambrósio** – Boa tarde a todos e a todas. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – é um
783 informe Ambrósio. **Usuário Ambrósio** – Eu só quero contribuir com o processo, como todo mundo
784 já falou, mas vocês estão esquecendo que um regimento e as Comissões são uns órgãos de
785 assessoramento deste Pleno, então os assuntos têm que ir pra lá e lá se discute e traz para cá para as
786 devidas deliberações, então acatar aquilo que é regimental. **Presidente substituto Carlos Alberto**
787 **Eilert** – Então nós vamos solicitar que seja enviado para a Comissão Ambulatorial para que a mesma
788 seja analisada e trazida para este Pleno. Pauta. **Quatro ponto um – Pacto Pela Saúde – Definir**
789 **metodologia para executar a avaliação solicitada pelo Conselho Nacional de Saúde.** Não tem
790 aqui quem vai apresentar. Edvande, por favor. **Conselheiro Edvande** – Esse pedido de pauta está
791 desde o mês de outubro lá com a Comissão de Planejamento e Orçamento, mas devido a agenda
792 cheia aqui não foi possível. E agora que a gente colocou a Mesa Diretora, colocou em pauta a
793 responsável da política que é a Ingrid e a Cristina estão de férias, então elas não vieram aqui
794 apresentar. Existe uma sugestão aqui de criar uma Comissão ampliada para discutir junto com a
795 política essa avaliação. Na verdade essa avaliação é solicitação da Superintendência de Política que o
796 Conselho Nacional está cobrando eles, que o Conselho aprove essa avaliação que a secretaria em si já
797 fizeram essa avaliação, está faltando vir para o Conselho fazer essa avaliação e enviar para o
798 Conselho Nacional qual que foi de meta atingida em termos de indicadores e qual meta não atingida



SUS

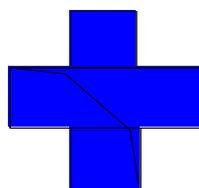
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

799 em relação ao termo de compromisso do pacto assinado aqui pelo Estado de Mato Grosso.
800 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Então a sua indicação é que leve para o mês de
801 março e aí as Conselheiras Ingrid e a Norma, não é isso? **Conselheiro Edvande** – É, mês de março e
802 que crie um Comissão aqui ampliada que possa discutir com ela antes de vir para cá. **Presidente**
803 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Então solicitar que seja enviado ao relatório da avaliação, não é
804 isso? E que essa comissão ampliada onde estiver ela vai ter que pegar e aí, quem quer fazer parte da
805 Comissão ampliada? **Edvande**, Edvande se inscreveu, mais quem? Quer dizer, tem os Conselheiros
806 da avaliação do pacto, **Conselheira Marivanda**. Pronto, temos duas. Mais alguém? Não né? Cinco?
807 Mais quem? Só temos dois até agora gente, dois não escala Comissão, tem que contar quantos tem.
808 **Sueli** três, Lilia vai? **Cida do SISMA** quatro. Ok? Bom quatro, então quatro tá ok? São cinco? A
809 Comissão é cinco, então está faltando um. É a **Conselheira Ingrid** já é da Comissão, muito bem,
810 cinco. Com a Conselheira Ingrid, cinco. **Comissão Ampliada de Avaliação do Pacto Pela Saúde**,
811 ponto. Está aberto. A Edna está perguntando se ele pode entrar, eu acho que pode. Pode, então pronto
812 mais a Conselheira Edna. **Conselheira Marivanda** Só para esclarecimento, inclusive a Ouvidoria faz
813 parte da, PARTICIPASUS, da gestão da participação, a Auditoria também que aqui está presente.
814 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – **Quatro ponto dois Súmula 12 – Secretaria Geral**
815 **Ana Boabaid** - Bom, essa é a situação após a eleição da Secretaria Executiva. Diante de certa
816 dúvida, quando eu enquanto Secretária Executiva fiquei interinamente por um mês na ausência da
817 Magali surgiu suspeita de nepotismo e eu senti muito peso nas costas diante da palavra nepotismo, fiz
818 uma consulta pessoal ao Tribunal de Contas e eles responderam que não poderiam estar respondendo
819 pessoalmente pra mim, então eu fiz esse encaminhamento após ter sido eleita como Secretária
820 Executiva por esse Pleno, encaminhei ao nosso gestor e nesse encaminhamento foi feito o
821 encaminhamento para jurídico da CES e de lá foi para a Casa Civil e PGE. A PGE depois de um
822 longo prazo, que já vai fazer quase sete meses deu retorno como seja nepotismo, e aí Doutor
823 Augustinho em reunião com a Mesa, né Conselheira? Em reunião com a Mesa ele ia dar uma
824 resposta hoje em cima de uma proposta de fazer, já que não pode ter um ato de governo por
825 nepotismo, considerado pela Casa Civil, ele ia fazer uma portaria e aí eu tentei essa semana conversar
826 com ele que portaria não ia resolver, ia ser outro erro, seria um erro maior do Conselho, e aí hoje
827 então eu conversei com ele, expliquei para ele que não poderia ser portaria e ele me disse então que
828 pode ser. Aí seu Mario tinha me orientado, que é contador do Conselho, mas também é advogado, ele
829 nos explicou que tinha uma palavra que chama *Ad Nutum* e *ad nutum* quer dizer que quando, por
830 exemplo, o Presidente da República ele tem livre arbítrio de demitir o quem ele nomeia, quem é
831 escolhido por ele, e que no caso da Secretaria Executiva não é *ad nutum*, porque foi feita uma
832 eleição, uma seleção e que quem delibera em cima das ações da Secretaria Executiva é o Pleno do
833 Conselho e que o Pleno do Conselho não é deliberado por uma pessoa, e sim por voto absoluto.
834 Então eu coloquei hoje para o Doutor Augustinho isso, ele falou então faça isso para mim conversar
835 com a PGE e ele não pode vir e isso foi uma conversa agora a tarde. E eu coloquei para ele o que eu
836 vou colocar para vocês. Eu estou me sentindo muito incomodada, muito desagradada, muito infeliz
837 de estar nessa situação que eu estou hoje, numa situação que eu sou de fato, sou cobrada como
838 Secretária Executiva e não sou de direito e até me sinto incomodada de gerenciar uma situação dessa.
839 Então o quê que eu quero, sair daqui com o meu nome limpo, eu quero simplesmente que resolva
840 essa situação para que eu possa realmente entregar esse cargo de Secretária Executiva, porque ele não



SUS

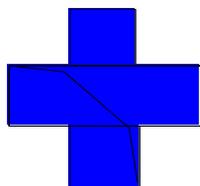
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

841 me fez feliz. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Clélia está inscrita e depois o Doutor
842 Ângelo, Lília, Ângelo. **Conselheira Clélia Neon** – Em relação a esse parecer da Procuradoria, eu tive
843 a oportunidade de ler. Não estou com ele aqui agora, mas assim, pelo parecer da procuradora ela cita
844 várias legislações que fala sobre a questão do nepotismo, mas bem no final, apesar de leiga no
845 assunto, mas ele coloca que o problema maior de ser nepotismo, no caso de Ana aqui dentro do
846 Conselho, seria não porque a irmã dela é Diretora do Escritório Regional está dentro da gestão, mas
847 sim porque ela também é conselheira e por ser Conselheira ela poderia estar influenciando os outros
848 Conselheiros a fazer, a votar a eleger a Ana como Secretária Executiva. Então eu fiquei assim muito
849 triste até porque parecer de uma Procuradora, eu achei que colocou os Conselheiros em cheque de
850 sua condição de Conselheiro sua responsabilidade. E outro ponto que eu gostaria de deixar registrado
851 também é que quando foi feita a eleição para Secretaria Executiva, várias pessoas apresentaram,
852 vários servidores apresentaram seu currículo e passou pela Comissão Eleitoral e Ética, e essa
853 Comissão, eu acredito que ela deve ter visto todas essas questões, inclusive na época já existia a
854 assessora jurídica do Conselho Estadual e acredito que essa assessora deve ter dado algumas
855 orientações em relação a isso, só que, eu imagino que deve ter sido positiva a assessoria, a orientação
856 porque a Ana esteve aqui, colocou seu nome e foi eleita no Pleno. Eu acho que o Pleno tem toda essa
857 responsabilidade junto com sua assessoria jurídica e junto com sua Comissão de Ética e Eleitoral.
858 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem. Ângelo. Depois Lília, depois Antonio
859 Cordeiro e Alzita. **Conselheiro Ângelo** - Olha, no meu entendimento, o que houve foi igualzinho o
860 que aconteceu, olha que a história se repete. Eu, na Universidade, estava no Conselho Superior
861 CONSEPE veio um processo de solicitação de meu filho, que ninguém sabia que era meu filho, o quê
862 que eu fiz? Senhores Conselheiros, eu vou me retirar eu quero que conste em pauta que eu estou me
863 retirando porque esse processo é de meu filho e se eu continuar aqui será anti ético eu pedi licença e
864 saí, tá, está aqui, o que aconteceu? Meu filho perdeu a questão, olha só que coisa hein? Será que se
865 eu tivesse lá não teria influenciado? Então no meu entendimento neste caso é primeiro pergunto.
866 Conste em ata que a Conselheira irmã da candidata solicitou a sua retirada para não influenciar os
867 Conselheiros? Não, não consta. Portanto ela votou, certo? Se ela votou, qual foi a diferença de votos
868 que houve na votação? Foram três votos. Se foram, três votos, eu não posso contar com o voto dela,
869 porque o voto dela implicitamente, então só pode ser. Dois. Agora a minha pergunta é essa. Houve ou
870 não houve um problema ético? Ora, se ela votou houve. Então é esse problema que está sendo
871 levantado, e eu vou dizer claramente o seguinte eu votei na Ana com todo prazer porque eu a
872 conheço, é uma pessoa responsável e tinha a capacidade técnica para esse cargo, agora, houve esse
873 problema. Então eu acho que a gente tem que analisar, no meu entendimento, o seguinte, eu vou com
874 nossa Conselheira anterior que acabou de falar, ou nós peitamos ou então fazer o quê. No meu
875 entendimento é o seguinte, se a diferença fosse um voto era problemático, agora se a diferença foi de
876 três votos, que interferência teve a votação dela? Apenas mais um voto, se interferiu ou não os outros
877 Conselheiros, aí eu não sei por que é questão de ética, aí é cabeça de cada um. Vamos peitar essa
878 história ou não vamos peitar? Essa é minha pergunta, porque senão fica esse negócio empurra daqui
879 empurra dali não se decide o Conselho, o Pleno do Conselho tem autonomia para dizer mantém e
880 “pt” saudações. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Lília. **Conselheira Lília** – Eu sou da
881 Comissão de Ética, coordenadora da Comissão de ética e quando gente recebeu esse papel de fazer a
882 eleição na época não tinha surgindo ainda, até então a, essa questão de alguém comentar sobre



SUS

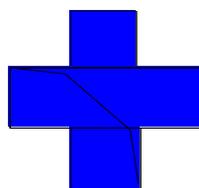
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

883 nepotismo. Até então a gente também não via, não acreditamos que a palavra nepotismo ela é bem
884 clara, a gente entende, o que a gente já leu e estudou, é um cargo se eu tenho uma chefia e eu vou
885 contratar diretamente os meus parentes, até aí é o nosso entendimento. A comissão ela foi citada
886 também pedida pela PGE para mandar toda documentação para averiguar se nós um da Comissão
887 tínhamos algum parentesco com a Secretária Executiva porque aí a gente poderia ter induzido e não
888 houve isso a gente os mandou pediram documentos, a gente mandou dizer que ninguém era parente e
889 nem mesmo a gente tinha assim, somente aqui no Conselho que ela tinha sido Conselheira,
890 esclarecemos e mandamos o regimento interno do Conselho para PGE, foram os documento que eles
891 nos solicitaram. E, nesse documento que foi mandado, houve um equivoco grande porque mandaram
892 um regimento, não mandaram o nosso regimento que hoje nós usamos o atual, mas estamos fazendo
893 uma renovação, uma mudança, tem a Comissão que está fazendo a mudança da lei e essa comissão
894 também está fazendo algumas mudanças no regimento e, por incrível que pareça, foi mandada a
895 cópia já da mudança do regimento interno, para vocês ficarem pasmos, não? Então houve um
896 encaminhamento que a gente não sabe como que aconteceu que o nosso regimento atual não foi
897 mandado, foi mandado um alterado para PGE que nem foi aprovado pelo Pleno ainda, quer dizer, não
898 está em uso, está em uso o nosso atual esse que foi mandado pra PGE que a gente viu nos autos do
899 processo é o que vai se alterado e não foi aprovado ainda pelo Pleno. Então o quê que acontece tendo
900 em vista isso, nós temos uma assessoria jurídica, que essa assessoria jurídica é para dar, nós aqui
901 como Conselheiros, eu sempre falo para a nossa assessora jurídica eu não sou advogada eu não sou
902 juíza, eu sou contadora, eu entendo meramente de direito naquilo que eu especulo, Então, eu sei que
903 direito ele é muito abrangente, abre muitas brechas e aí eu questiono como eu já questionei pra ela,
904 cadê nossa assessoria jurídica? Duas vezes eu vou perguntar. Primeiro, nós quando foi questionada a
905 questão do nepotismo, não foi na época, a gente podia também, como se diz assim, se a gente tivesse
906 essa malícia a gente estava, teríamos feito uma pesquisa. Até então a gente não teve essa malícia.
907 Segundo, esse documento vindo lá da PGE, nossa assessoria jurídica, cobro hoje de Rosane, ela tem
908 que fazer uma defesa ela está aqui para fazer a defesa do Conselho de todas as atribuições, de tudo
909 que cair aqui dentro desse Conselho, do Conselho, e até então eu vou perguntar para ela que
910 encaminhamento que ela já deu, o que ela tem de parecer referente a esse assunto, que ela já tem
911 ciência dele há um bom prazo, há um bom tempo vamos ver qual é o encaminhamento que ela traz
912 aqui pra nós, porque juridicamente já fez algumas decisões aqui, que vão, eu já estou concluindo,
913 algumas decisões tomadas aqui neste colegiado a gente tomou assim pela emoção e não pela razão e
914 hoje eu quero colocar isso veementemente, porque a gente precisa de basear legalmente, a nossa
915 Comissão de Ética ela pode ser questionada. Porque nós temos uma assessoria jurídica porque que
916 vocês não questionaram ela? Então eu questiono nossa assessoria jurídica qual o parecer que ela dá
917 diante disso, o quê que ela pode fazer em defesa da decisão do pleno da eleição do Pleno. **Presidente**
918 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Questão de ordem Conselheira. **Conselheira Jucélia** -
919 Novamente nós estamos tendo um equívoco na condução da pauta porque primeiro teve colocação da
920 Ana, só que agora, depois da fala da Clélia depois da fala, agora nós estamos questionando a ação de
921 um funcionário que é do Conselho, aí outro assunto que está colocando aqui que é um assunto grave,
922 então eu tínhamos que saber o quê que nós estamos discutindo aqui que está na pauta, o quê que nós
923 estamos discutindo, porque senão nós ficamos aqui boiando sobre assunto que talvez os Conselheiros
924 já tenham conhecimento e outros aqui presentes não têm. **Presidente substituto Carlos Alberto**



SUS

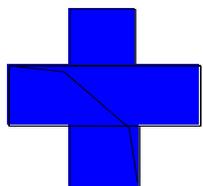
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

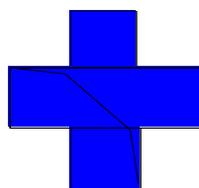
925 **Eilert** - Vou esclarecer. No início de janeiro a doutora Rosane me ligou e tinha uma parte desse
926 negocio, aí eu orientei, final de janeiro não é? Não, início de janeiro que o Doutor Augustinho falou
927 assim estou saindo de férias e tal. Falei, por favor, solicite uma cópia do processo inteiro, de inteiro
928 teor para que possamos tomar conhecimento, que todos os Conselheiros recebam esse processo para a
929 gente tomar conhecimento tomar atitude aqui dentro, então, de acordo com o encaminhamento da
930 Conselheira, eu acho que nós vamos ter que tomar conhecimento, nós não vamos deliberar aqui hoje
931 essa situação, primeiro ponto. Segundo, salvo melhor juízo e no farto conhecimento da lei que eu
932 tenho a Conselheira, a advogada Rosane não está aqui para defender Carlinhos, Angelo ou Ana,
933 ninguém. Ela defende o Conselho, é nessa atitude que o Doutor Ângelo acabou agora de colocar, nós
934 fazemos a resolução, peitamos o Estado e aí a advogada vem nos defender em função de uma decisão
935 tomada aqui, então ela pode assumir o aspecto de pessoal, isso eu sei porque na Universidade Federal
936 nós entramos com um processo e não pode, o assessor jurídico ele não pode ela tá para ferrar a gente,
937 desculpa a expressão, e defender a AGU do que defender o funcionário mesmo que ele tenha direito.
938 Sabe o quê que acontece eu contrato um advogado pago do meu bolso, porque mesmo ele sendo
939 advogado da Universidade, tá aqui a nossa colega da SEMA sabe o que acontece, mesmo ele sendo
940 advogado da SEMA ele não pode defender o funcionário, ele está lá para defender a Procuradoria
941 Geral do Estado em função da gente. Então o que eu quero dizer Lilia, é só isso, só para esclarecer.
942 Não, porque você está colocando. **Conselheira Lilia**– Não é só uma questão de ordem, porque eu fui
943 colocada, foi que o Doutor Ângelo colocou que é uma questão ética, passou pela comissão de ética.
944 A Comissão de ética foi acompanhada pela assessoria jurídica, né? Então é isso que gente está
945 colocando, então a gente questiona assim, então nesse sentido eu quero colocar aqui, posso concluir
946 Carlinhos, vou colocar aqui o posicionamento da Comissão de Ética nós Conselheiros nós somos
947 pessoas tituladas não tituladas nós temos que ser orientados, juridicamente estava muito claro, não
948 tivemos a malícia. Esse documento chegou foi passado para as Comissões que estavam se reunindo,
949 Comissão de Monitoramento que eu faço parte, sou coordenadora da Comissão de Ética ela
950 simplesmente me mostrou mas não tivemos condições de reuni-la a Comissão, porque todo mundo
951 está de férias, todo mundo está viajando, então, sou da Comissão de Planejamento, a gente discutiu o
952 assunto também, mas que num dado momento ia passar pro Pleno para ser discutido em geral.
953 **Assessora Jurídica Rosane** – Esclarecer só um ponto, aqui a assessoria jurídica ela atua quando ela
954 é provocada só lembrar. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Conselheiro Antonio
955 Cordeiro, senão ele vai acabar ficando bravo comigo. **Conselheiro Antonio Cordeiro** – Eu fico
956 pensando assim, gostaria de certa forma, não sei se vou conseguir o esclarecimento. Quem saiu com
957 essa noticia de nepotismo? Primeiro lugar, a sua irmã, a Conselheira Leila Boabaid, ela é sua patroa
958 aqui? Você recebe salário dela? Então desde já, não é nepotismo. Uma empresa não pode contratar
959 dois três irmãos então? Para trabalhar? Que é nepotismo? Eu não entendo que situação é essa.
960 Quando a PGE quando a Conselheira Clélia disse, a PGE põe em cheque nós conselheiros, que
961 situação é essa? Quem nós somos? Está errado, isso aí não pode ser assim. Será que nós somos
962 crianças de ser levados pela cabeça dos outros? Eu não votei em você Ana, mas a minha entidade
963 votou porque no dia eu não estava, estava o suplente aqui, eu disse para ele vai haver eleição assim,
964 assim você vota em tal fulana porque é a pessoa mais indicada é a pessoa mais apropriada para
965 cargo, votou em você, entendeu? Porque? Porque foi indiciado por nepotismo, alguém fez a minha
966 cabeça, alguém fez a cabeça dele? Não pode isso aí, como Doutor Ângelo disse aqui o Conselho é





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

967 pleno ou não é? Então temos que peitar sim, nós votamos ou o quê nós votamos não vale nada, tem
968 que valer, tem que dar validade a isso. Eu acho que você não deve se sentir menosprezada por isso,
969 você foi votada, você tem que concluir aquilo que nós depositamos em você, votamos em você para
970 isso, para esse fim, eu acho que quando a pessoa vota, põe uma pessoa ali eu acho que a gente deve
971 prestar respeito àquela pessoa que deu aquela garantia que depositou aquela confiança na gente, eu
972 acho que pra isso que você foi eleita e recebeu não foi um voto de diferença, foram quase todos,
973 então aí está bem provado né, Doutor Ângelo. Eu acho que não tem que ser questionado isso aí, a
974 situação está aí gente, então não precisava se eleito. Se foi eleito já está escrito aqui. A comissão
975 analisou então a Comissão não sabe o que faz? Será que a Comissão também está errada? Vamos
976 menosprezar a Comissão? Não pode isso aí, temos que ter respeito. As pessoas tem que aprender
977 respeitar o Conselho Estadual de Saúde que são feitos por pessoas idôneas, pelo menos eu sou graças
978 a Deus, acredito que todos são pelo menos de cabeça, não é possível que tenha pessoas de nossas
979 idades que não tenham condições de raciocinar um pouco melhor, temos que ser influenciados,
980 erramos, erramos sim. A Ana erra, erra. Quem não erra, mas agora nepotismo nesse sentido, se a irmã
981 dela fosse patroa dela, aí tudo bem, se fosse pelo menos presidente do conselho, mas uma simples
982 Conselheira não tem nada a ver com isso aí, só. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** –
983 Alzita. Só pode falar uma vez, de acordo com o regimento. **Conselheiro Ângelo** - Eu pediria que
984 você me cedesse um tempinho que eu fui citado dois nomes e eu queria colocar, primeiro o seguinte,
985 Conselheiro o seguinte, quando eu falei que o problema está na esfera ética, e no meu entendimento
986 não está na esfera jurídica, esse é o meu entendimento. Agora a minha proposta, que pegue esse
987 processo, que o Conselho mande para a Comissão Ética, a Comissão Ética reforça que acredita que
988 não é um problema na esfera ética e que a pessoa pelos seus antecedentes pela sua história tal foi
989 colocada como candidata e ela foi eleita, se é cargo eleito não existe nepotismo. Esse é o meu
990 entendimento. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Alzita e depois o último inscrito
991 Orlando. **Conselheira Alzita** – Bom senhores conselheiros, o processo surgiu dia vinte e um de
992 setembro de dois mil e nove. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Conselheira Alzita
993 porque senão depois não sabe de quem é a fala. **Conselheira Alzita** – Conselheira Alzita. A
994 economista Celina Falcão Pereira Marques solicita informações a respeito da vida das duas pessoas
995 né? A Leila Boabaid e Maria Boabaid. O RH informa a vida funcional das duas pessoas e aí no frígir
996 dos ovos para não ter mais delongas a Procuradora do Estado diz do seguinte: Vistos, diante do
997 exposto manifesto pela inviabilidade de se nomear a servidora Ana Maria Boabaid de Carvalho
998 Couto para a função de Secretária do Conselho Estadual de Saúde. Tendo em vista que malgrado esta
999 tenha percorrido com regularidade os trâmites descritos pelo diplomas e normativos estaduais
1000 relacionados à matéria por ora, e em face do exercício do cargo comissionado por parente sua em
1001 linha colateral a sua nomeação violaria o disposto da súmula vinculante numero treze do Supremo
1002 Tribunal Federal que é sobre o nepotismo. Sobre isto a Mesa Diretora conversou com o Doutor
1003 Augustinho enquanto Presidente do Conselho pediu para que ele encaminhasse um ofício pedindo
1004 explicações por que a procuradora disse esses termos. Primeiro por quê? Como Antonio falou como
1005 todos nos estamos cientes disso, cada cabeça é uma sentença, então nós não fomos induzidos, não é
1006 verdade? Ele diz assim que pela Conselheira Leila Boabaid ser irmã e ser Conselheira, então ela
1007 indiretamente induziu os Conselheiros a votarem, ora, neste processo não tem a ata onde diz que foi
1008 só uma candidata ou duas, foram quatro ou cinco. Neste processo não consta a nossa lei de carreira,



SUS

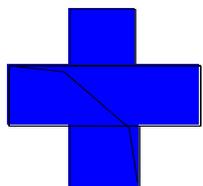
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1009 que fala, porque aqui ele cita também que ela não poderia exercer o cargo porque ela é fisioterapeuta.
1010 O nosso plano de carreira diz, profissional de nível superior, então não sei se aqui já terminou, pelo
1011 que eu estou vendo já, porque o procurador geral já homologou o parecer. Bom, quanto a Mesa
1012 Diretora o que eu tenho a dizer é o seguinte: Doutor Augustinho se comprometeu a mandar um ofício
1013 como Presidente do Conselho em relação a esse último parágrafo. Agora, em relação à secretaria
1014 executiva que não recebe até hoje nenhum centavo a respeito de ser secretária executiva, até que se
1015 resolva isto, o quê que deveria ser feito para agir imediatamente, uma portaria designando-a como
1016 secretária executiva desde o momento que ela foi eleita, e nessa portaria com seus respectivos
1017 considerando, considerando eleição, considerando votação, considerando tudo entendeu? Ela
1018 receberia como secretaria executiva, responderia como secretária executiva do Conselho até então.
1019 Agora diz ela, pela informação que ela diz que não se pode que já informou ao Doutor Augustinho
1020 que não se pode. Ele que te informou que não se pode fazer isto? Não, designação não é decreto,
1021 designação por portaria a lei do governo diz que quem pode fazer isso se chama Secretário de Estado.
1022 Nomeação não, nomeação é ato governamental, né? Então foi essa sugestão que ele deu e a gente
1023 conversou com ela até então, agora é surpresa ele falar que não pode. Então é hora da Mesa Diretora
1024 conversar com ele o quê que aconteceu. Deixa-me ver aqui. Estabelece normas de padronização
1025 administrativa e pessoal no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso dá outras
1026 providências, lei oitenta trinta de oito de dois mil e três, então fala os atos de governo, o quê que é ato
1027 governamental, mas é assim ó, ato de governo é o ato que promana a autoridade administrativa no
1028 exercício de sua competência. Aí diz assim, os abaixo discriminados obrigatoriamente deliberados
1029 pelo Governo do Estado após a apreciação da Secretaria de Administração, aí tem vários atos. Aí
1030 vem, nomeação em cargos de provimento efetivo ou comissionado, é o Poder Executivo, é isso que
1031 eu estou falando. Então aí no caso é designação, ele pode designar, ele pode designar para exercer a
1032 função de, ele pode, ele como Secretário pode. Agora, eu não estou entendendo porque que está
1033 falando que não pode, não é ato governamental gente, é portaria é portaria designando, não está
1034 nomeando a pessoa, está designando a pessoa para tal. Não. Pode ser publicada, a portaria pode ser
1035 publicada. Aqui ó. Portaria são atos administrativos internos ou externos de concessão do órgão de
1036 locação do servidor, aí vem várias, várias. Designação para a função de DAÍ, dispensa de função de
1037 DAÍ e designação em substituição de cargo comissionado. Então pode para resolver a situação
1038 financeira dela resolve sim, resolve sim. Agora, na minha cabeça eu vejo que resolve sim. Aí ela
1039 poderia assinar como ela está assinando, ela poderia exercer a função dela normalmente. Senhor
1040 Presidente. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – desculpe estou inscrito eu quero obedecer
1041 a ordem da inscrição. Cada um tem direito e uma fala senão a gente não sai. Orlando depois Leandro
1042 o último inscrito. **Conselheira Alzita** – só completando aqui gente, a título de informação, a lei
1043 complementar dois três nove de vinte e oito do doze de dois mil e cinco que estabelece as normas de
1044 elaboração, não essa é de dois mil e três, de dois mil e cinco que foi essa nova reestruturação que o
1045 governo deu em dois mil e cinco que nós perdemos nossos cargos de comissão, então tem lá: ato do
1046 governo, o governo já ficou preguiçoso e não quis assinar muita coisa, e após a apreciação do senhor
1047 secretário, aí vem aqui, nomeação e exoneração de secretario ou nomeação e exoneração de
1048 servidores públicos de provimento efetivo ou em comissão. Aí as portarias transformaram-se em atos
1049 administrativos. Aí tem lá. Licenças, afastamentos, aproveitamento, averbação e portarias.
1050 Designação em substituição de cargos comissionados, gente. Então tanto em noventa e três quanto



SUS

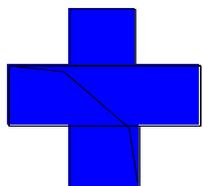
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1051 em dois mil e cinco o Secretário pode fazer isso sim, eu não entendo quem deu essa informação que
1052 ele não pode fazer isso. **Secretária Geral Ana Boabaid** – Só para esclarecer o que a Conselheira
1053 Alzita está colocando, de poder ele pode o único questionamento que nós fizemos foi diante de um
1054 parecer da PGE quando eu tiver velhinha lá não vão começar a tirar da minha aposentadoria o
1055 dinheiro que eu recebi hoje, aí ele não tem resposta. **Conselheira Alzita** – Não. Ana hoje. **Presidente**
1056 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Não vamos começar com bate rebate. **Conselheira Alzita**- eu só
1057 quero falar o seguinte, Ana mesmo que você receba quinhentos anos cargos em comissão, você não
1058 vai levar para aposentadoria Ana, hoje não existe mais isso. **Presidente substituto Carlos Alberto**
1059 **Eilert** – Eu acho que vai caber, eu vou tentar escutar os Conselheiros Orlando e o Leandro porque
1060 senão. Quem já falou, por favor. **Conselheiro Orlando** – Orlando SINTEP representante dos
1061 trabalhadores. Primeiro dizer o seguinte pessoal, estou concordando com que os companheiros já
1062 falaram aqui anteriormente. Parecer, parece ser é igual cobra, cobra anda e agente fica procurando
1063 perna né? Uns dizem que tem perna, parece que tem perna, então parecer parece ser, aliás, o absurdo
1064 que a PGE tem feito com os trabalhadores, com os servidores públicos com relação à aposentadoria é
1065 uma coisa de dar dó da PGE, dá dó. Eles dão parecer de trabalhadores que já trabalharam trinta e
1066 cinco anos e eles querem a prova que é a relação financeira lá do trabalhador, então esse parecer a
1067 gente tem que mandar lá para a chácara dessa procuradora desse procurador é um absurdo, eu não
1068 concordo. Não tem parecer coisa nenhuma, nós temos que protestar esse parecer, dizer que esse
1069 Pleno tem poder sim, aí eu que quero dizer também o seguinte à nossa assessoria jurídica, ela
1070 colocava aqui a questão da provocação. Eu não sei como que é o encaminhamento para a assessoria
1071 jurídica, mas eu entendo que é assessorar e esse assessorar é em todas as questões que nós
1072 entendemos que ela é importante assessorar não só quando é provocado na hora de apagar um
1073 incêndio, dizendo que é isso, só na hora de apagar o incêndio, tem que assessorar e dizer para essa
1074 Procuradora ou para esse Procurador que nós não temos medo de quem fica lá com terno e gravata no
1075 ar condicionado para dar parecer que parece ser e é isso que nós temos que encaminhar. **Presidente**
1076 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Conselheiro Leandro, por favor o microfone, Orlando o
1077 microfone. **Conselheiro Leandro** – Boa tarde a todos Leandro do SINDESMAT. Eu voto apóio aos
1078 dizeres do Doutor Ângelo, e ela fala no último parágrafo que a menina do RH leu, de nomeação, ela
1079 não vai ser nomeada a Ana não vai ser nomeada não. Ela vai se empossada porque ela foi eleita,
1080 ninguém chegou lá e falou eu vou por a Ana lá, ela não é padrinho, não teve padrinho não teve
1081 madrinha de ninguém gente, pelo amor de Deus. Ela foi eleita no Pleno, ela não vai ser nomeada ela
1082 vai ser empossada, agora, o rapaz ali falou você recebe da sua irmã? Mas a questão não é essa, eu
1083 trabalhei vinte anos em governo você não pode realmente ter cargo, parente consanguíneo sendo
1084 mandado, até terceiro grau, sendo mandado pela pessoa. Tudo bem, não é o caso, você não foi
1085 nomeada você foi eleita e eu acho que deve valer o que o Pleno decidiu, só isso. **Presidente**
1086 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Acredito que vamos tentar resolver. A pergunta é: foi feita a
1087 resolução? Ana foi feita a resolução da sua nomeação em função da sua eleição? Essa é uma pergunta
1088 gente, foi feita a, este Conselho delibera como? Por resolução. A senhora foi eleita Secretária
1089 Executiva, a pergunta é: foi feita a resolução assinada pelo Presidente do Conselho? **Secretaria**
1090 **Geral Ana Boabaid** - Foi feita uma resolução a primeira que foi temporária, mas após a eleição não
1091 feita resolução, foi encaminhado direto o ato, não foi isso que você encaminhou? Foi o ato.
1092 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Então é o seguinte, olha só, de acordo com



SUS

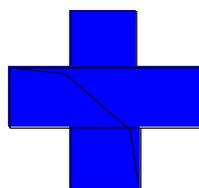
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

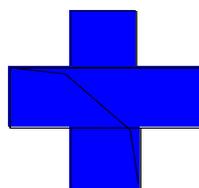
1093 informação da Doutora Rosane, o Conselho determinou a resolução, a aí o pessoal solicitou que fosse
1094 feito o ato governamental. Agora, como é que eu faço o ato governamental se primeiro não sai a
1095 resolução? Tem que sair a resolução do Conselho, e aí o ato, e aí sim o governo vai contestar se é
1096 nepotismo se não é nepotismo, aí é outra história. Agora este Conselho tem que ser obedecido e
1097 publicado a resolução que foi determinada. Qual foi a resolução? Foi eleita no dia tal, em agosto
1098 tarará, tarará, conforme ata do dia tal, então é este o encaminhamento, pode ser? Posso encaminhar
1099 dessa forma? Ok? Muito bem, então limpando toda a nossa área aí, então eu acho eu nós temos, este
1100 Conselho vai deliberar aqui. Que seja realmente feita e publicada a resolução com data retroativa de
1101 acordo com a ata do processo realizado no dia tal em ata tal. Agora, se o secretário como Presidente
1102 vai assinar ou não, aí é outra história. E aí ela vai dar resposta a este Pleno, podemos? Trinta dias
1103 para ele dar uma resposta, até a próxima reunião do Conselho. Os Conselheiros que concordam com
1104 este encaminhamento, por favor se manifestem levantando o braço. Os Conselheiros que concordam,
1105 vou contar. Doze. Contrários a essa resolução. Abstenções. **Então aprovado por doze votos e por**
1106 **unanimidade**, ou seja não há diferença n história. Ok, que seja feita a resolução baseada na ata da
1107 eleição citando os concorrentes que tiveram que passou pela comissão de ética foi aprovado e ponto.
1108 E solicita-se a publicação da mesma. Agora, a nomeação é outra história, é outro ente jurídico que vai
1109 decidir ok? **Conselheira Clélia** - Uma questão de ordem Senhor Presidente, eu acho que antes de
1110 fazer a resolução, nós temos que aprovar a ata que não foi aprovada ainda no pleno a da eleição, é de
1111 agosto. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – De acordo com a ata, não não não. Nós
1112 vamos citar a ata desculpa, e a ata vai ser aprovada lá em março, não pode? A senhora está pedindo
1113 um recurso de votação em cima da retirada da ata? **Conselheira Clélia** – Eu fico preocupada porque
1114 tudo pode ser recorrido aqui, são mistérios que acontecem que a gente fica até preocupada, não é
1115 Doutor Ângelo? Então eu acho que é assim, de repente? A gente está aprovando uma resolução de
1116 uma ata que não foi nem aprovada. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Tudo bem, eleita
1117 no dia tal e que estão nos atos não sei como que faz a resolução, como que vai colocar mas não vai
1118 citar que a ata, essa ata já foi aprovada. Mas que foi eleita no dia tal, não porque aí vai virar toque de
1119 caixa, agora não pode não, ela vai ser aprovada lá em março. Agora, nós podemos dizer que
1120 aconteceu o ato eleitoral, que passou pela Comissão de ética, registrado na ata número tal que
1121 houveram candidatos e que a votação foi tal e nesse sentido o Conselho referenda ou, não é isso? O
1122 nome da Senhora Ana ok? Que passou. Tá ok. Vamos lá. **Item quatro ponto três – Seminário**
1123 **Nacional de Alimentação e Nutrição, ofício zero zero sete solicita que seja providenciada a**
1124 **etapa estadual do referido evento** – Quem vai falar sobre isso hein? Ana quem vai falar sobre o
1125 Seminário de Alimentação e Nutrição? Esse é aqui não é? Seminário nacional. Muito bem, então é
1126 para gente deliberar os Conselheiros que vão participar ou para fazer esse seminário? Quem que está
1127 pedindo isso? Cadê o ofício gente, tem que. **Secretária Geral Ana Boabaid** - Como aconteceu da
1128 conferência que tinha que ter um evento do mesmo jeito eles estão trabalhando essas especificidades,
1129 agora é nutrição, então precisa de uma Comissão, o material é deste tamanho gente, que seria do
1130 tamanho dessa maior ata para deliberar uma Comissão porque essa Comissão vai encaminhar este
1131 evento que é um grande evento no Estado.? **Conselheira Clélia** – essa Comissão seria pra
1132 providenciar essa questão da etapa estadual? É isso? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** –
1133 Ah bom, então muito bem. Então está aberto às inscrições dos Conselheiros é um titular e um
1134 suplente que deve fazer, isso vai compor junto com a Secretaria de Estado não é? Essa Comissão,





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1135 muito bem. Conselheiros que se habilitam como titular ou suplente para fazer parte da comissão que
1136 estará tocando o Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição. Estão abertas as inscrições.
1137 **Conselheiro Ângelo** - Senhor Presidente, uma proposta aí, que seja solicitado, que as universidades
1138 participem também disso, é o órgão formacional. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok.
1139 Tá bom. Acatada a sugestão, bom, mas daqui, alguém se habilita ou nós vamos levar isso para uma
1140 próxima reunião? Vou perguntar logo porque, ah o prazo é agora segunda, mas se não aparecer
1141 candidato não vai ter né? É o direito, Sueli está se candidatando como titular, ok? Podemos votar
1142 então nas companheiras **Sueli e Márcia**, podemos? Pessoal, eu estou tentando entender agora aqui,
1143 vou fazer o seguinte, posso ser sincero? Eu vou pedir vista no negócio. Eu não sei o quê que está
1144 escrito no ofício. O problema não é esse gente, uma comissão de cinco eu estou entendendo que a
1145 Secretaria Estadual de Saúde vai fazer parte da Comissão. Este Conselho envia dois Conselheiros,
1146 cadê o ofício para ver o quê que está precisando. Conselheira Marivanda, por favor. **Conselheira**
1147 **Marivanda** - Só um instantinho, eu também gostaria de esclarecimento porque fala aqui que seja
1148 providenciada a etapa estadual do referido evento, se é para providenciar a etapa, eu que vou
1149 coordenar eu que vou fazer, eu que vou executar? Se é o Conselho que vai executar isso, que fazer
1150 vai isso tem que montar uma coordenação para o evento é diferente.? **Conselheira Clélia** – Questão
1151 de ordem, eu acho que o Conselho não vai executar uma questão que é de gestão. **Presidente**
1152 **substituto Carlos Alberto Eilert** - Olha só. No meu entender eu vou fazer a seguinte colocação, que
1153 seja providenciada, o Conselho delibera dois Conselheiros, esses dois Conselheiros se dirigem à
1154 secretaria para que a secretaria providencie, até porque nós não temos recurso para isso. Pois não
1155 Edvande, questão de ordem depois Leandro. **Conselheiro Edvande** – Edvande GRUCON. Eu estou
1156 achando que esse ofício ele está havendo ainda uma má interpretação porque antes a SETEC
1157 designou que lá na Secretaria Estadual de Saúde tinha dois Conselhos, o Conselho Estadual de Saúde
1158 e o Conselho Estadual de Alimentação e numa deliberação desse Conselho devolveu o Conselho de
1159 Alimentação para a SETEC, agora ela está funcionando lá na antiga SETEC da antiga LBA que tem
1160 um Conselho como todos e eles estão preparando lá, eu estou achando que esse ofício estão pensando
1161 que ainda faz parte da Secretaria Estadual de Saúde. Pois é, mas eu estou achando que antes ele
1162 pertencia à Secretaria Estadual de Saúde e agora não pertence mais. **Presidente substituto Carlos**
1163 **Alberto Eilert** – Sugestão do Conselheiro é que este ofício seja enviado lá para o Conselho Estadual
1164 de Alimentação? Vem do Conselho Nacional o ofício. Olha lá ó. Informamos que em continuidade
1165 do processo de organização do Seminário Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS SENAN dez
1166 anos a ser realizado nos dias oito, nove e dez de junho de dois mil e dez em Brasília, Distrito Federal,
1167 encaminhamos anexos os documentos descritos a seguir; roteiro para organização do seminário
1168 estadual, documento básico de subsidio ao seminário, ficha de inscrição dos representantes estaduais
1169 indicados pelos seminários estaduais. Reforçamos que a etapa estadual deverá ser realizada até o dia
1170 dez de abril de dois mil e dez em conformidade com o cronograma descrito no roteiro para
1171 organização dos seminários estaduais. Encaminhamos à disposição para os esclarecimentos e tal
1172 estamos à disposição. Agora, eu acho o seguinte, tem que vir melhor esse negócio, tem que está
1173 assinando aí? **Conselheiro Ângelo** - Passa a bola. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** –
1174 Rosângela Canapon, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde. **Conselheiro Ângelo** –
1175 Mandaram recurso financeiro? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** Essa a primeira
1176 pergunta, o Conselheiro Edvande está dizendo o seguinte, que a Secretaria Executiva, o Conselho



SUS

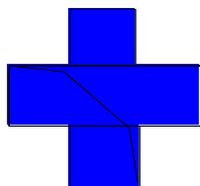
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1177 Nacional de Saúde ainda pensa que está aqui neste Conselho e que existe um Conselho hoje Estadual
1178 de Nutrição e Alimentação, acredito, que a forma como está sendo encaminhada que esse ofício seja
1179 remetido mas que daqui, duas Conselheiras, que já se prontificaram de livre e espontânea vontade,
1180 gostaram? Já foram eleitas, gostariam de participar da referida coordenação e o Conselho Estadual
1181 não deixa de estar representado a essa comissão, não é isso? Podemos encaminhar assim? Muito bem.
1182 que também que se faça sugestão para que as universidades que tenham curso de nutrição façam
1183 parte do referido seminário, que é onde serão escolhidos quem vai participar da etapa nacional.
1184 Podemos votar então? Votar o seguinte. Fala Leandro. **Conselheiro Leandro** – só uma questão de
1185 esclarecimento, aqui na pauta não pede para formar comissão nenhuma e aqui a descrição, está lá a
1186 disposição de quem quiser. Eu acho que nós não temos que formar ninguém aqui não gente. Eles
1187 estão pedindo para gente, para gente não, como o Edvande esclareceu para o outro, providenciar a
1188 etapa não fazer comissão nenhuma não, se for para votar em comissão eu vou votar contra, a ficha
1189 está lá, quem quiser se inscrever que se inscreva. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok.
1190 Muito bem, então está esclarecido. Então a proposta é: Enviarmos o ofício que chegou ao Conselho
1191 Estadual ao Conselho de Assistência Alimentar do Estado de Mato Grosso e que, com cópia,
1192 explicando ao Conselho Nacional de Saúde explicando que neste Estado existe um Conselho agora.
1193 Tá ok? A cópia do ofício que vai ser enviada lá, vai ser enviada para o Conselho Nacional de Saúde
1194 dizendo que quem vai ter que tomar as providências em relação à etapa estadual. Pode ser assim?
1195 Podemos votar, ou não precisa votar? Não. Então encaminhado, foi aprovado pelo Pleno. **Quatro**
1196 **ponto quatro – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – Deliberar representante do**
1197 **Conselho Estadual de Saúde** – Se vocês não receberam está aqui resolução numero quinze duzentos
1198 e nove de dois mil e nove, o Conselho Estadual de Saúde no uso de suas atribuições legais que lhe
1199 confere a Lei Complementar vinte e dois de nove de dezembro de noventa e dois considerando,
1200 resolve: Instituir no âmbito do Sistema Único de Saúde e vinculado ao Conselho Estadual de Saúde a
1201 CIST com jurisdição em todo o território mato-grossense com finalidade de discutir, propor
1202 acompanhar e avaliar. A Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, tem dentre outras
1203 atribuições, aí vem as atribuições, e aí diz no artigo terceiro: A Comissão que trata o artigo primeiro
1204 desta resolução, será composta por vinte e oito membros titulares com seus respectivos suplentes e
1205 será constituída por; quatorze representantes das instituições dos trabalhadores do Estado de Mato
1206 Grosso, Sindicatos Estaduais, Centrais Estaduais e Federações; oito representantes de Instituições
1207 Públicas que faz interface no setor de saúde trabalho em meio ambiente, três representantes da classe
1208 patronal, três Conselheiros representantes do Conselho Estadual de Saúde. Aí eu vou fazer uma
1209 pergunta bem tácita né? Nós vamos estar em um processo de eleição, e se o Conselho representante
1210 do Curso, do Conselho de Educação Física não vai nem como suplente, não consegue os números
1211 necessários dos quatorze conselhos? Aí aprova o nome dele aqui, ou nós vamos segregar os
1212 Conselhos de Saúde? Então eu acho que isso aqui tem que ser deliberado em março. **Conselheira**
1213 **Alzita** - Senhor Presidente, só a título de esclarecimento. O inciso um do artigo treze e o inciso dois e
1214 o três, já foram retiradas as pessoas, entendeu? Nós já fizemos um fórum sobre isso, ficou pendente
1215 só o inciso quatro dos três Conselheiros, então, ficou aí só, quem se habilitar. **Presidente substituto**
1216 **Carlos Alberto Eilert** - Pessoal, outra pergunta, hoje a Conselheira Clélia é titular, é titular né
1217 Clélia? E digamos que o NEON nomeie outra pessoa como é que fica? Isso aqui tem que ser
1218 deliberado, desculpe, na primeira reunião do mês de 'março onde nós estaremos dando posse aos



SUS

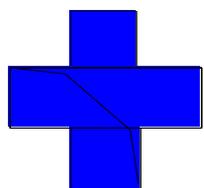
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1219 novos Conselheiros e aí eles vão fazer parte durante dois anos da CIST, se já está atrasada, desculpe,
1220 nós teríamos aqui que remeter isso aqui para a Plenária do mês de março porque eu não tenho certeza
1221 se eu vou estar, não sei nem se o doutor Ângelo vai estar. **Conselheiro Ângelo** – Senhor Presidente,
1222 eu posso dar uma sugestão em relação ao artigo primeiro, porque veja bem, se, preta atenção
1223 considerando que essa Comissão acompanhar e avaliar a política de saúde do trabalhador para o
1224 Estado de Mato Grosso, precisa ficar bem claro que essa Comissão é trabalhador de Mato Grosso
1225 CIST com atuação permanente com jurisdição, porque não está especificado se ela é permanente, ah
1226 mas não precisa está implícito, cuidado com o implícito. Vale o que está escrito, então a sugestão
1227 minha é essa, com atuação permanente e com jurisdição em todo o Estado de Mato Grosso, porque aí
1228 não tem dúvida. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Doutor Ângelo, para fazer isso, para
1229 fazer isso tem que haver uma proposta de reformulação da resolução entrar em pauta, porque essa
1230 resolução ela já foi publicada. **Conselheira Alzita** - Publicada, foi aprovada pelo Conselho. A única
1231 coisa é o representante do Conselho que inclusive os Conselheiros foram convidados para a oficina e
1232 não compareceram, por isso ficou pendente. O SISMA está lá. **Presidente substituto Carlos**
1233 **Alberto Eilert** – Olha só, aí infelizmente, nós estamos falando infelizmente, aí diz assim, sindicatos
1234 estaduais. Como o Presidente e Vice Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação Física
1235 com jurisdição no Estado de Mato Grosso, ele não foi convidado, e eu entreguei meu mandato em
1236 novembro, então também está errado a situação. Então nós não temos que entrar nesse demérito, nós
1237 entraremos e faremos o que aqui, a minha sugestão é três de março tem a próxima reunião do
1238 Conselho, tomam posse os novos Conselheiros, alguns poderão continuar, outros não, se não, ah o
1239 Carlinhos topa eu gostaria, mas e se eu não for eleito? Aí vai demandar uma nova resolução.
1240 **Conselheira Alzita** – questão de ordem Senhor Presidente, porque já houve a oficina, varias pessoas
1241 que foram eleitas lá estão esperando essa resolução. Essa resolução não foi publicada ainda
1242 justamente por causa desse item quatro aqui e como nós só temos reunião apenas uma vez por mês e
1243 ficou suspenso o mês de janeiro todinho, nós não tivemos reunião, como que ficamos? **Presidente**
1244 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Essa é a pergunta. **Conselheira Marivanda** – É meio confuso
1245 mesmo, porque na realidade se você não permanece no cargo de Conselheiro, você está
1246 representando o Conselho sem estar no cargo. Agora, existe algum dispositivo dentro do Conselho,
1247 na resolução do Conselho que garanta, por exemplo, o representante do NEON, que garanta que
1248 quando eu sair se permanecer ou trocar essa pessoa que está representando o NEON passa a ser o
1249 suplente de quem está lá dentro dessa comissão. Eu não sei, tem que ter algum dispositivo que
1250 garanta o representante da categoria, então, garantir a instituição isso que estou falando o segmento
1251 que ele está indo. Sim garante o segmento. **Conselheira Alzita** – Mas aconteceu isso gente? Olha
1252 aqui no inciso um, por exemplo, quatorze representantes das instituições compareceram quase trinta e
1253 seis, você está entendendo? Dos oito apareceram doze, por exemplo, então saiu, agora aqui são os
1254 conselhos, os Conselheiros não vão mudar? Os Conselheiros não irão mudar? Provavelmente sim,
1255 provavelmente não; aí rever esse inciso gente. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** –
1256 Pessoal é o seguinte, qual que é o mandato nosso de Conselho? Dois anos no mês de março. Então eu
1257 não posso eleger três membros se eu entrar em abril, como é que eu vou ficar dois anos e depois eu
1258 volto em abril de dois mil e doze, eu continuo até ter um novo Conselheiro ou eu perco o mandato no
1259 mês de março? O mandato é coincidente. Edvande. Célia se você puder esclarecer. **Conselheiro**
1260 **Edvande** – Uma questão de ordem, como o Conselheiro falou pra sair desse impasse, elege aqui os



SUS

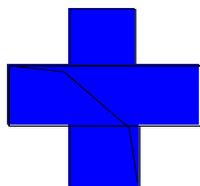
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1261 representantes das entidades e publica o nome da entidade e não do Conselheiro porque a entidade é
1262 permanente na lei. Quem chegar da entidade, se trocar automaticamente ele faz parte da Comissão,
1263 porque a entidade ela é fixa na lei, não vai trocar. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Eu
1264 sei, mas está aqui, aqui diz que são três representantes. **Conselheira Clélia** - Mas aí a questão do
1265 trabalhador da saúde não dá porque ele pode ser eleito ou não. **Presidente substituto Carlos Alberto**
1266 **Eilert** – Clélia, só um instantinho Clélia. As comissões de que trata esse regimento serão constituídas
1267 por cinco membros eleitos pelo Pleno e não Entidade, então Entidade não pode. A única coisa
1268 ponderação que esta Presidência está fazendo é o seguinte, nós vamos ter que esperar três de março.
1269 É do Pleno e o meu mandato é de março a março. **Conselheira Marivanda** - Então tem que
1270 encaminhar um ofício para lá notificando que o Conselho ele vai estar em processo de eleição,
1271 portanto não tem no momento agora, como encaminhar os nomes, que encaminha depois. Se der para
1272 esperar. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – O João representa e CUT. Ok? Está certo?
1273 Vamos informar assim? Então à Secretaria para que tome as providências para informar a CIST que
1274 tão logo sejam eleitos os novos membros do Conselho Estadual no dia três de março mesmo estará
1275 deliberando pelos três representantes, pode ser assim? Resolvido tá ok? Isso é ponto de pauta da
1276 próxima reunião do Conselho. O próximo assunto é o **Item quatro ponto cinco – Parecer assento**
1277 **das vítimas acidentes de trânsito barra FCD, informe assessoria jurídica - Assessora Jurídica**
1278 **Rosane** – Como eu até estava explicando para alguns Conselheiros, eu não tinha cópia do processo
1279 na íntegra, tirei a cópia do processo e já fiz uma manifestação para o Ministério Público aonde não
1280 foi, no processo na íntegra, não foi encaminhada para o Ministério Público a cópia da ata aonde o
1281 Pleno decidiu que a FCD ficaria dois mil e oito e dois mil e nove. Fiz essa manifestação para o
1282 Ministério Público, frisei com relação ao poder que Pleno tem com relação à sua ata, como eu falo,
1283 não foi publicada a resolução em dois mil e oito, com relação à resolução tudo bem, mas eu frisei
1284 para o Ministério Público, tentei esclarecer para o Ministério Público o poder que tem a Ata da
1285 decisão do Pleno. Isso já foi feito e já foi protocolado para o Ministério Público. **Presidente**
1286 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok? Está encaminhado. **Conselheira Alzita**- Senhor Presidente
1287 em relação, voltando lá, por favor, o inciso quatro com o encaminhamento a eleição vai para março,
1288 não vai para março? Por favor, tem que ter eleição. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** –
1289 Nós colocamos para apreciação que seria feito um ofício para a CIST dizendo que face às novas
1290 eleições que o Conselho vai estar passando que, votamos, votamos você estava conversando com a
1291 Rosane, foi aprovado, bem, se quiser colocar uma abstenção a gente coloca uma abstenção, pronto
1292 não tem problema. Contra, muito bem. Com um voto contrário foi aprovado o envio do ofício para a
1293 CIST dizendo que este Conselho no dia três de março, como ponto de pauta, irá apresentar os seis
1294 Conselheiros, três, são três representantes tá bom, ok? Muito bem. Alguém quer se manifestar em
1295 relação ao que a Doutora Rosane acabou de colocar? Algum dos Conselheiros? Que já informado ao
1296 Ministério Público a situação da ata que ficou faltando, que o que Doutor Ângelo colocou no início,
1297 mas e a ata porque que a ata não foi mandada, por que não sei o quê lá, por quê que a resolução não
1298 foi publicada? Então hoje nós estamos aprendendo, ok? Podemos mandar para frente? Lilia e
1299 Ambrósio. Vamos Lilia. **Conselheira Lilia** – quanto à questão de ter mandado a documentação agora
1300 é, desculpa eu tenho que me identificar - Conselheira Lilia representante da AMDE. Quando
1301 demandado agora esses documentos é que somente agora que foi conseguido tirar as cópias lá no
1302 Ministério, então, mas isso vai prejudicar porque a gente vai ficar mais sem uma entidade, que já



SUS

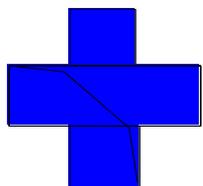
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1303 estamos sem uma que é a dos aposentados, os usuários eles estão sendo penalizados aqui no
1304 Conselho nas deliberações, porque nós não estamos tendo paridade. A representação nossa não está
1305 tendo paridade porque falta a Associação de Aposentados do Estado e mais a representação dos
1306 acidentados de trânsito. Então o quê que acontece, ficou encaminhado Pleno que naquele período
1307 que, se não me engano foi setembro, que far-se-ia uma defesa para estar justificando para estar, até
1308 então tomar uma decisão para que o Pleno não ficasse da forma que está. Nós estamos com um
1309 problema sério aqui de paridade né? Está se vendo que há uma vacância muito grande de usuários
1310 aqui nas reuniões, até nas comissões, estamos sem outras, sem contar que também está faltando
1311 SINDIMINERIO não manda há muito tempo representante, então não está tendo paridade na reunião
1312 do Pleno. É por vacância, mas duas são por conta da Instituição que não foi localizada e a outra por
1313 conta de, mês que vem a gente já vai fazer eleição, já vai mandar as novas Instituições e vai ficar
1314 faltando mais uma, novamente não vai ter paridade, esse Pleno vai continuar sem paridade porque
1315 gente não foi decidido se tivesse tido encaminhamento ou um documento encaminhado antes a gente
1316 poderia ter tomado uma decisão, até então a gente não conseguiu tomar uma decisão por falta desse
1317 documento ter sido encaminhado justamente porque o Ministério Público não mandava resposta,
1318 então a gente tem que, não sei qual é o papel do Conselho nesse momento, porque a gente tem que
1319 estar observando do cumprimento do regimento porque tem que ter paridade nos não temos.
1320 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ambrósio, depois o Antonio depois eu vou falar,
1321 acordei. **Usuário Ambrósio** – Olha, eu vou falar em nome da Fraternidade Cristã das Pessoas com
1322 Deficiência, órgão ao qual eu representei nesse Pleno e no qual eu esperava mais, principalmente
1323 depois das discussões, e da presença nossa durante estes anos que a associação de vítimas de trânsito
1324 solicitou essa vaga visto que o erro não é, volto a repetir da Fraternidade Cristã dos Doentes e
1325 Deficientes e sim deste Conselho que precisa, ser autônomo, precisa de um corpo, desculpa Ana,
1326 desculpa aos demais, precisa de um corpo técnico mais ágil e precisa entender um pouco mais de
1327 legislação para poder defender o próprio Conselho e conseqüentemente a saúde pública do Estado de
1328 Mato Grosso e, a Fraternidade naquele momento quando se deu o Pleno deliberou que ficaria até o
1329 final do mandato, a Fraternidade entendeu que não ia fazer a defesa e deixou em função da assessoria
1330 jurídica, visto que o pleno assim deliberou também, agora a morosidade na qual se toma decisão, na
1331 qual se procura resolver os problemas dentro do Pleno, fica evidente e preocupante, para nós que
1332 estamos aqui dentro, estava aqui dentro, estou e tenho acompanhado as reuniões, imagina para quem
1333 está lá fora que é o usuário de saúde que precisa de um SUS de qualidade. Então, há uma semana
1334 atrás a assessoria jurídica conseguiu ter acesso ou pegar as cópias lá e lá constatou algum e que no
1335 processo estava muito falho e como diz alguns outros companheiros, outros aqui mesmo e se fosse
1336 ele Alexandre Grande a decisão seria isso. Eu fico lamentando mais uma vez pela fragilidade do
1337 Conselho em função das suas deliberações que não é capaz, não, um minuto, que não é capaz, que
1338 não é, não quero nem utilizar a palavra competente, porque a competência é dela mas ela não é capaz
1339 de emitir um documento que é peculiar dela que é uma resolução. Então cabe aí um questionamento
1340 na cabeça de cada um dos Conselheiros que aqui estão as instituições que acompanha para que possa
1341 dessa forma tornar-se um Conselho Pleno, no sentido bem literário da palavra Pleno, com seus
1342 conhecimentos técnicos, com seus conhecimentos políticos e principalmente com as tomadas de
1343 decisão mais ágil. Eu lamento vou, fui convidado para estar saindo daqui, foi muito mais fácil sair a
1344 resolução dizendo que eu não participava desse Pleno foi rapidinho, todo mundo aqui é testemunha, a



SUS

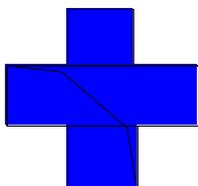
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1345 resolução está aí, eu não sei o número dela. Ela já existe e eu automaticamente me destituí, agora, dez
1346 anos, cabe até a mim aqui uma ação contra o próprio Estado em função desse próprio desleixo e
1347 agilidade para uma situação e a morosidade infinita de dez anos para outra, obrigado. **Conselheiro**
1348 **Antonio Cordeiro** - É complicada essa situação, eu estava pensando assim que vai ter eleição no
1349 próximo mês, mas eu falando com a assessoria jurídica não pode, AVAT tem que se ater, eu até,
1350 apenas lamentar né? O acontecido, sinceramente como pessoa eu não sei dizer o quê fazer nesse caso.
1351 A opinião da gente é uma coisa, mas não se pode às vezes cumprir, não sei se o Conselho tem
1352 autoridade para poder deliberar sobre isso, mas a interferência de certa forma é Corregedoria, é
1353 Ministério Público na Entidade do Conselho. Dá a impressão que nós Conselheiros, o Conselho de
1354 um modo geral está engatinhando e muito tem que crescer muito para chegar um ponto desse e a
1355 gente ver essa situação, um erro que vem do Conselho e de certa forma do Conselheiro também. Eu
1356 no momento para mim só resta lamentar, porque o Conselho, a irresponsabilidade de uma entidade
1357 que fica tantos anos sem participar daquilo que foi referido a ela, aí depois vem reclamar, e aí vão
1358 penalizar uma pessoa que para o Conselho é nota dez mais um. O Conselho perde muito com isso. É
1359 só isso que eu tinha par falar. **Assessora Jurídica Rosane** - Só lembrar duas coisinhas, primeiro
1360 Ambrósio, na época de dois mil e oito quando ficou decidido que a FCD ficaria, terminaria o
1361 mandato não tinha uma assessoria jurídica, então não feita a resolução, a resolução da substituição do
1362 pedido de afastamento de sua entidade, foi feito porque eu estava no Pleno e o Pleno decidiu, então
1363 por isso que foi feito uma coisa rápida. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Pessoal, eu
1364 estou sendo lembrado né? E se nós formos olhar a Lei, e a Lilia acabou de nos lembrar, a Associação
1365 dos Aposentados já deveria ter sido excluída, quantas vezes a Secretaria Executiva fechou os olhos
1366 pelas faltas, que depois de três as pessoas estão fora. E até hoje nós não pedimos para a retirada a
1367 outra entidade que nunca, não saiu resolução. **Conselheira Jucelia** mas nos aprovamos uma reunião
1368 a retirada **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Mas não foi feita a resolução até hoje da
1369 retirada da outra entidade, a saída, ela continua, a saída da outra entidade que questionou a situação
1370 do Ambrosio não saiu até hoje a resolução e eles nunca fizeram parte. E de Minério também, tá bom?
1371 Olha só, bom, então isso vai ter que ser providenciado. **Item quatro ponto sete** - Foi enviado um
1372 representante do SINDIMINERIO. **Conselheira Lilia** - Mas não compareceu mais às reuniões, pode
1373 ver as faltas, ele tem mais de seis faltas. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Então, mas o
1374 Conselho não vota né? Tá no regimento, a Secretaria Executiva traz para o Conselho e vota na
1375 próxima. São três faltas **Secretaria Geral Ana Boabaid** - Ontem eu fiz, fiquei inclusive até à noite,
1376 até o celular dele que eu não tinha o celular da Secretaria Executiva, fiquei até à noite por que ele não
1377 trabalha tentando falar com os representantes do SINDIMINERIO porque eu falei - vai ver que ele
1378 não trabalha de dia - não atende telefone, tentando falar com os representantes do SINDIMINERIO,
1379 nós ficamos o tempo todo buscando e a última vez que ele esteve conversando com a gente ate foi
1380 numa reunião aqui, ele falou, eu não tenho tempo pra isso, foi a fala dele. **Conselheiro Ângelo** -
1381 Uma dúvida. Se consta no regimento interno, está tudo escrito lá, então basta a Secretaria preparar
1382 um ofício informando a Instituição, que conforme regimento interno, tá excluído e pronto? Precisa ter
1383 resolução **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Não. Traz para o pleno vota e acabou
1384 **Conselheiro Ângelo** -Mas votar o quê, **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** Que eu não
1385 compareci a três sessões, tá bom? Bom, para frente. **Resolução quatro ponto sete seis** - Resolução
1386 que garante que os Gestores repassem mensalmente para os Conselhos Municipais de Saúde meio por



SUS

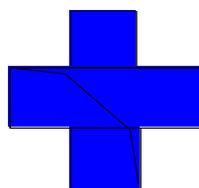
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1387 cento para quem tem mais de cem mil habitantes e um por cento para quem tem menos de acordo
1388 com a resolução trinta e três aprovada na décima terceira confêrencia nacional de saúde. Alguém?
1389 Edvande quer se manifestar. Por favor, o microfone Edvande. **Conselheiro Edvande** - Edvande do
1390 GRUCON Mato Grosso. Eu falei com a Lilia, que foi a autora da proposta, de que essa resolução do
1391 Conselho Estadual ela tem que ser recomendatória, porque eu li lá na aprovação da décima terceira
1392 nacional de saúde ele se trata dos municípios e não do Estado, então essa resolução do Conselho
1393 Estadual ela tem que ser recomendatória aos Conselhos Municipais. **Presidente substituto Carlos**
1394 **Alberto Eilert** – Muito bem, ok? Pode ser assim? **Conselheiro Ângelo** - Outra coisa Senhor
1395 Presidente, entendo eu que o município para aceitar isso aí, é a Câmara que tem que votar para
1396 constar no orçamento, ora senão. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Não, gente, este
1397 Conselho recomenda o Conselho Municipal que seja enviado, que o município cumpra a decisão da
1398 décima terceira conferência, como lá no município se é Lei, aí não é problema do Conselho Estadual,
1399 acho que esta é a sugestão de encaminhamento do Conselho Edvande. É isso mesmo Clélia?
1400 **Conselheira Clélia** – É isso que eu quero reafirmar que eu também li na proposta da décima terceira,
1401 então eu quero reafirmar que seria uma resolução recomendatória. **Presidente substituto Carlos**
1402 **Alberto Eilert** – Conselheira Marivanda. **Conselheira Marivanda** – Só uma questão de
1403 esclarecimento, o que acontece na maioria das visitas de monitoramento e avaliação do Conselho é
1404 que os Gestores, eles reclamam que não existe um referencial de quanto eles devem aplicar nos
1405 Conselhos Municipais. Então agora, já vai ter. Então esse é um referencial para ele. É um referencial,
1406 o que eles reclamam é que não existe um referencial. Então baseado numa resolução recomendatória
1407 agora ele tem um referencial de quanto ele tem que aplicar. **Presidente substituto Carlos Alberto**
1408 **Eilert** – Ok? Podemos votar então? Os Conselheiros que concordam com a proposta de resolução
1409 recomendatória a ser enviada a todos os Conselhos Municipais do Estado de Mato Grosso como
1410 referência, em relação à Décima Terceira se manifestem levantando o braço. Um dois três quatro
1411 cinco seis sete oito nove dez onze. Contrários? Abstenções? Com nenhuma abstenção e nenhum voto
1412 contrário foi aprovada. E onze votos favoráveis. **Quatro ponto sete – Resolução que garante**
1413 **diária para acompanhar deficientes em viagens** – Assessoria Jurídica. **Conselheira Lilia** -
1414 Questão de esclarecimento, eu até conversei com a Ana eu acho que não foi imprimido da forma que
1415 a gente tinha falado. Resolução que garante o acompanhante para o deficiente, é o acompanhante né?
1416 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - Esclarecido, precisa debater? A Assessoria Jurídica
1417 quer falar? Rosane. Em relação ao acompanhante para acompanhar o Conselheiro nas viagens. A
1418 diária. Está com a senhora o microfone. **Assessora Jurídica Rosane** - As leis que existem hoje com
1419 relação à deficiente, ele é muito clara com relação à acessibilidade, as leis que existem hoje é com
1420 relação à acessibilidade à símbolo, colocação de símbolo de deficiente, a agencia bancaria. Agora,
1421 com relação a ter um acompanhante em viagens não trata. Foi-se levantado um decreto do
1422 governador de dois mil e oito aonde coloca colaboradores. Eu, assessora jurídica do Conselho
1423 Estadual de Saúde, entendo que deva-se pedir um parecer para a Casa Civil onde foi elaborada a lei e
1424 explique o que significa, se for fazer uma resolução com base nesse decreto, para que explique o que
1425 significa esses colaboradores. Agora se for o Conselho simplesmente fazer uma resolução onde
1426 coloca que o deficiente tem direito a diária pode se fazer, o Conselho no uso de suas atribuições
1427 legais conforme reunião tal e colocar o artigo primeiro que o deficiente tem direito a um
1428 acompanhante em suas viagens durante o seu percurso. **Conselheira Lilia** – eu posso fazer uma



SUS

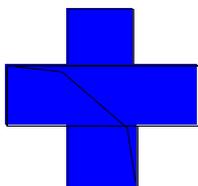
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1429 questão de esclarecimento. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Pode. **Conselheira Lilia**
1430 – É o seguinte, quando foi, não lembro o período a data, foi criada a, que ano que saiu o
1431 Monitoramento? Dois mil e cinco. O Monitoramento, um trabalho da Comissão que a gente trabalhou
1432 e criou esse trabalho que era de visita aos municípios, então não tinha nada, uma legislação direta que
1433 dizia como que faria o pagamento de diárias pra Conselheiros para estarem fazendo essas visitas. Aí
1434 se criou uma resolução para dar normatização ao que está na Lei oito mil cento e quarenta e dois que
1435 não é nada clara, mas ela diz que o Conselheiro ele tem que fazer todo esse tipo de atividades que não
1436 é explícito, mas é o entendimento de quem lê lei dá pra entender. Então criou uma resolução que
1437 normalizava isso. Então tendo uma situação que é vivida, é vivenciada hoje no Conselho Estadual
1438 que nós temos hoje, antes nós tínhamos quatro Conselheiros que tem algum tipo de deficiência, no
1439 caso, sou eu Lilia Sueli, temos a Márcia, hoje a Raquel minha suplente e o Ambrósio. Então nesse
1440 trabalho, temos o trabalho de monitoramento o qual nós também fazemos questão de participar, nós
1441 participamos. Em dado momento quando é um município muito longe, tem uma dificuldade que não
1442 é esperada que o pessoal não entende como acessibilidade de estar ajudando a pessoa com
1443 deficiência, acessibilidade é o quê? É tudo que tiver que vai facilitar dar condição da pessoa com
1444 deficiência ter a mesma condição que a outra. Então quando o Ambrósio viajava, tinha uma
1445 dificuldade porque tinha que ter um acompanhante, assim citava os motoristas, os técnicos que
1446 estavam juntos para ajudá-lo descer subir no carro, por a cadeira e a mesma coisa acontece com a
1447 Conselheira Lilia que precisa de uma pessoa que pegue suas muletas, às vezes ajuda a subir no carro,
1448 às vezes ajuda ela subir em uma escada e idem, precisa que carreguem a bagagem dela às vezes ela
1449 não consegue ir de um local para o outro se for muito longe. Todas essas situações. Então vendo isso,
1450 tendo isso em vista, nós somos da associação, comecei em uma instituição, fiz uma pesquisa com um
1451 advogado que eu não peguei por escrito, e trouxe para nossa assessora jurídica. Esse foi um Decreto
1452 do governador, Decreto dois mil cento e um, onde ele fala de diárias, que ela citou isso, não vai ter
1453 como pagar diária para esse acompanhante. E esse Decreto lá no seu artigo segundo, ele fez uma
1454 abertura que antes não havia no outro decreto anterior que é o Decreto sete mil seiscentos e trinta e
1455 um, que esse decreto era bem fechado, mas agente assim mesmo conseguimos fazer com que nós
1456 Conselheiros tivéssemos diárias através de uma resolução. Então nesse decreto que eu acabei de citar,
1457 o atual de hoje que eu estou falando que é o dois mil cento e um lá no artigo segundo ele fala quem
1458 pode, o que foi citado é que não vai poder pagar diária para uma pessoa, eu digo não é necessário um
1459 local perto, mas um município longe, sim necessita porque a pessoa precisa de um cuidado, nem todo
1460 mundo tem a mesma acessibilidade, ninguém tem a mesma disposição para estar ajudando. Então no
1461 decreto fala o seguinte: que poderão estar recebendo diárias os colaboradores eventuais, participes de
1462 termos de cooperação ou instrumento equivalente e ou Conselheiros formalmente nomeados e não
1463 pertencentes ao quadro de pessoal de carreira do Estado. Quando já há a previsão de concessão de
1464 diária em lei receberão valores estabelecidos na alínea c. Então o quê que quer dizer isso aqui? Que
1465 abriu para fazer essas diárias, que foi citado que a pessoa não podia ter um acompanhante porque não
1466 ia como ter como pagar diária, se a questão é diária, está bem claro. O decreto ele é bem aberto, ele
1467 deixou bem claro, só que a nossa assessora jurídica, ela acha que tem que fazer uma consulta, ela
1468 falou onde que tem que fazer a consulta porque ela acha que isso aqui está muito aberto, eu acho que
1469 o intuito foi esse, do governador. Deixar bem aberto. Porque quando eu for prestar um serviço
1470 eventual equivalente ao Estado eu vou poder receber isso. Então vai ter, vou trazer nomes de pessoas



SUS

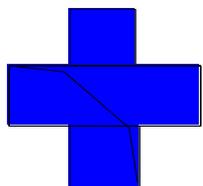
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1471 ou ele quando for contratar uma pessoa para fazer algum serviço. Já consta valor e tudo, das diárias.
1472 Então nesse sentido o que ela falou que não está claro na lei é o que ela deveria interpretar, que eu
1473 acho que o que está faltando em nós aqui no Conselho é fazermos mais pesquisa, eu até comentei
1474 com ela, olha, nós precisamos aprofundar mais nas pesquisas, quando a gente faz uma indagação o
1475 direito é muito abrangente e essa indagação a gente vem perguntando não é de hoje, olha eu vou falar
1476 pra vocês, todo mundo sabe a dificuldade de acompanhar um deficiente. Nem todo mundo tem o
1477 mesmo ponto de vista, nós já ouvimos casos de Conselheiros falar que não vão viajar conosco porque
1478 não tem condições de ajudar a gente. Conselheiro sair do quarto para não dormir junto com a gente
1479 porque se sente intimidado de poder ajudar uma pessoa com deficiência, eu não sei como fazer com
1480 você e olha a situação que a gente passa. Então para não deixar a gente constrangido, para a gente
1481 poder desempenhar o nosso papel que nós somos pessoas capazes, inteligentes, só que nós
1482 necessitamos disso, de um amparo legal para poder ter condição, porque fora do Estado o nosso
1483 secretário fornece o acompanhante sem problema nenhum porque lá na legislação, lá no Conselho
1484 Estadual quanto eu preciso de um acompanhante eles falam, vai precisar de acompanhante ou não,
1485 Conselheira. Preciso porque lá a locomoção é muito longe vou ter que usar a uma cadeira pra mim
1486 manejar a cadeira pra mim é mais difícil, eu não tenho hábito, né? Toda essa situação, então eu
1487 gostaria que o Pleno ele estudasse essa situação, visse que não é eu Conselheira, que amanhã a
1488 representatividade nossa pode ser de outro Conselheiro que pode ser cadeirante, pode ser
1489 tetraplégico, paraplégico ou qualquer outra situação que vai precisar da mesma forma. **Presidente**
1490 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Pessoal desculpe, mas, oito minutos Lilia. São três minutos, aí
1491 depois se o Presidente fala, chama atenção. **Conselheira Alzita** - Foi colocado na Mesa Diretora a
1492 gente sabe que isso que ela está falando é a pura verdade, então a resolução que ela sugeriu nós
1493 pedimos para a assessora jurídica subir, exato, então quando a Lilia fala lá o artigo segundo depois eu
1494 gostaria que a assessora explicitasse o que seriam os colaboradores eventuais, mas eu quero deixar
1495 claro assim, enquanto Mesa Diretora, a gente não é contra a resolução, ninguém é contra resolução
1496 porque a gente sabe, a gente está sensível que acontece com eles mesmo, a gente vê também os
1497 motoristas reclamarem também porque na realidade não é obrigação deles também, não é verdade?
1498 Então, seria e a gente percebe também que não é só o Conselho Estadual de Saúde que tem esse
1499 problema, o Conselho Estadual de Educação provavelmente, outros conselhos estaduais não é
1500 verdade? Então ao invés de, da resolução que a Lilia está propondo, a Conselheira Lilia está
1501 propondo, a gente poderia sugerir ao poder executivo a criação de legislação pertinente, aí não ficaria
1502 um decreto porque decreto não tem força de lei. Talvez uma lei que valorizasse essa situação, não só
1503 para o Conselho Estadual de Saúde, como todos os conselhos do Estado de Mato Grosso. (**Assessora**
1504 **Jurídica Rosane**) – Só a título de esclarecimento Conselheira Lilia, com relação à resolução de
1505 Conselheiro o regimento interno garante, por isso que foi feita a resolução dos Conselheiros
1506 receberem diária que fala: Os Conselheiros e Conselheiras, será assegurado a todos os Conselheiros e
1507 Conselheiras, o custeio de despesas com deslocamento. Por isso que foi feita a resolução com relação
1508 a Conselheiro. **Conselheira Lilia** - Você está equivocada, na época não foi por isso. Nós citamos
1509 naquela época a Lei oito mil cento e quarenta e dois que tem que custear as despesas do Conselheiro
1510 com todas as suas atividades é a gestão sim. **Assessora Jurídica Rosane** Também a lei, mas o
1511 regimento interno também. Outra coisa rapidinho, a assessoria jurídica pegou com uma Conselheira
1512 Marcia Folador um livro que fala as pessoas portadoras de deficiência onde tem toda as legislações



SUS

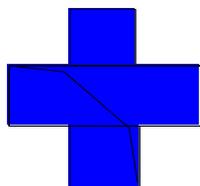
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1513 brasileira e o, um CD. Então a assessoria jurídica fez o impossível para localizar todas as legislações
1514 que falam com relação as pessoas deficientes. **Conselheira Jucélia** - Carlos teve que sair.
1515 **Conselheira Lilia** - É que ela fica fazendo réplica eu só queria colocar que a assessora jurídica até
1516 então não tinha passado isso para mim, a nossa Secretária Executiva, ela está bem ciente que eu
1517 venho falando disso faz tempo. Se você recebeu esse documento você não falou pra mim, mas que
1518 existem leis federais, estadual, Constituição Federal tudo que fala de legislação de deficientes, você
1519 pode fazer uma pilha deste tamanho. Vai criar mais uma no nosso Estado, nós temos, temos uma lei
1520 estadual, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, eu tenho ele aqui, é uma lei que ampara o
1521 deficiente em tudo basta interpretação. Agora se tiver querendo colocar claramente aí tem que ser
1522 uma lei da Secretaria Estadual de Saúde. **Presidente “ad-hoc” Jucélia** – Gente vamos dar andamento
1523 porque tem algumas questões que está complicado aqui. Só para esclarecer o Carlos pediu para sair
1524 rapidinho eu estava passando aí ele pediu para eu assumir aqui. Só que inicialmente eu sei que isso
1525 tem que ser, calma, meu nome é Jucélia Conselheira representante do trabalhador, só para consultar o
1526 Pleno porque toda vez que é passado para alguém assumir esse Pleno tem que ser consultado.
1527 **Conselheiro Ângelo** - Tá aprovado. Deixa eu só um esclarecimento. **Presidente “ad-hoc” Jucélia** –
1528 Após a fala da Lilia eu sei que estavam inscritos, pelo menos eu percebi, o Orlando e o Edvande e o
1529 senhor está pedindo. Tá só seguindo as inscrições. **Conselheiro Orlando** – Orlando, SINTEP
1530 trabalhadores. Eu vejo o seguinte, mesmo que esse parágrafo segundo não seja auto-aplacável, não
1531 vai ser de forma aleatória que vão ser solicitadas essas diárias, inclusive tem até valor lá para poder
1532 fazer esse acompanhamento. Eu não vejo a necessidade de consultar chefia de gabinete, alguma coisa
1533 que a menina orientou lá, aliás, pior ainda, que o parecer então nem se fala, eu não vejo essa
1534 necessidade mesmo que esse parágrafo que está escrito aqui ele não é auto-aplicável porque olha só,
1535 isso aí é igual àquela situação lá de direito trabalhista que vai pra lá vai pra cá, você pega o artigo
1536 sete da Constituição Federal, lá está expresso gente. Ah não está na CLT, ah não está na Lei Orgânica
1537 do Município e tal, pega a Constituição Federal o artigo sete da Constituição Federal lá fala sobre os
1538 direitos e deveres do trabalhador, e, não é a mesma coisa deve ser em outro artigo, mas nesse caso,
1539 não há necessidade de criar, como você falou, criar mais uma lei e não está se pedindo esmola nem
1540 favor. O próprio parágrafo segundo está abrangente sobre isso e eu não vejo necessidade de pedir
1541 esse parecer e quando for solicitado, que não vai ser de forma aleatória, vai ter alguém que vai avaliar
1542 se pode ou não pode. **Presidente “ad-hoc” Jucélia** – Próximo. Edvande. **Conselheiro Edvande** –
1543 Edvande do GRUCON. Eu concordo com a Lilia, apóio a idéia dela porque os Conselhos são
1544 soberanos. A Lei oitenta, oitenta e a oito mil cento e quarenta e dois, a Lei Complementar nossa aqui
1545 do Estado de noventa e dois fala que o Estado e os Municípios têm que garantir a infra-estrutura e o
1546 funcionamento desses Conselhos desde que seja amarrado no seu regimento interno, então a Lei de
1547 responsabilidade Fiscal fala que não pode emitir nenhuma despesa se não houver receita, então
1548 apenas é uma exigência que está aí. Já tem essa lei estadual aí que garante, que nós normatizamos
1549 isso e tem uma lei federal do Presidente da Republica que fala que nenhum voluntário é poderá ser
1550 voluntário sem receber a estrutura necessária. Então ele tem que comer tem que dormir tem que
1551 gastar tudo isso que ele gastar o Estado tem que ressarcir. Então já existe uma lei federal também que
1552 garante esse direito, então não tem porque nós não aprovarmos essa resolução que todas as
1553 legislações nos dão o direito de nós aprovarmos, só se nós quisermos. **Presidente substituto Carlos**
1554 **Alberto Eilert** – Ok. Muito bem, tem inscritos aqui eu vou falar. **Conselheiro Ângelo** - Agora o



SUS

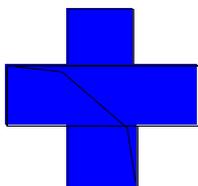
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1555 terceiro sou eu Ângelo da Universidade Federal de Mato Grosso. Tá inscrito aí. **Presidente**
1556 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Sim senhora, então é o Doutor Ângelo, depois você. **Conselheiro**
1557 **Ângelo** – Veja bem, olha que situação absurda. Como é que faz parte do Conselho, a Instituição entre
1558 aspas, dos deficientes físicos e o Conselho não vai dar apoio? Mas não faz sentido pra mim. E outra
1559 coisa, há impeditivo legal? Não. Ora, se não há impeditivo legal, minha filha, então vamos lá apoiar
1560 essa proposta, certo? E além do mais, ainda tem aquele decreto, que, exatamente, então pra mim está
1561 tão claro que eu não vejo sentido e eu também, seria muito absurdo da minha parte como médico, eu
1562 ser contra um negócio desse quer dizer, não faz sentido, pra mim não faz sentido. **Presidente**
1563 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem, Clélia. **Conselheira Clélia** – Clélia NEON. Eu
1564 também assim concordo plenamente com o que Lilia está colocando, com a proposta, porque é
1565 extremamente incoerente ter o assento para essa Associação, para essa população e não se dá
1566 condições para que ela possa exercer o seu papel, as suas atividades o seu papel dentro do Conselho.
1567 Então eu acho eu nós temos toda a legalidade temos leis que nós podemos embasar para que essa
1568 resolução realmente ela seja aprovada. E a gente enquanto Conselheira vem acompanhando o
1569 trabalho de vocês e a gente vê realmente a dificuldade que outros Conselheiros têm de lidar com a
1570 situação. Então realmente a gente precisa de pessoas que acompanhem esses Conselheiros que tem
1571 essa necessidade e que ele possa fazer o trabalho dele dignamente. (**Carlos Alberto Eilert**) – Ok
1572 Conselheiro Antonio. **Conselheiro Antonio** – Antonio, dos Renais. Doutor Ângelo e a Clélia tiraram
1573 da minha boca o que eu ia falar. O Conselho já tem sua receita, e como o Conselho, tá pela lei,
1574 Entidade tal participa do Conselho se já está o deficiente, se já tem a lei do acesso livre, então já está
1575 explicando que tem que dar condições não tem o que se discutir, tem que dar condições. Eu dizer
1576 aqui um referido que aconteceu entre eu e o Conselheiro Ambrósio na conferência retrasada, sem ser
1577 essa a retrasada. Nós chegamos em Campo Verde o quê que houve, Conselheiro? A bateria dele
1578 descarregou e eu não posso fazer força e esse trem dele pesa uma tonelada nós ficamos lá no areão eu
1579 e o motorista, você precisa ver o pesadelo, é serio. Então vamos encaminhar para a aprovação sim, é
1580 aquilo que eu acabei de falar, o Conselho tem ou não tem autonomia? É claro que nós temos o
1581 orçamento do Conselho banca isso e pronto acabou, e aí depois vamos ver se vai cumprir. Ambrósio
1582 o último inscrito e, o Conselho está abrindo demais. **Usuário Ambrósio** - Quem conhece de
1583 legislação vem aqui e exige né? Bom Ambrósio da Fraternidade Crista de Doentes e Pessoas com
1584 Deficiência. Eu só quero colocar aqui para nós, eu falo para nós porque eu sou parte integrante da
1585 saúde, eu sou usuário, e sou ainda o controle social mais primário que tem aqui sou usuário, sou
1586 cidadão zéfini. E um direito subjetivo dar acessibilidade à pessoa com deficiência. A Lilia já colocou
1587 de forma extraordinária toda a questão, doutor Ângelo e os demais. O Edvande, ele recebe algum
1588 script, mas o cara conhece de legislação. Estou encaminhando o seguinte, o quê que o Edvande
1589 colocou. Esse órgão ele é normativo, por ele ser normativo e a oitenta oitenta e a oito mil cento e
1590 quarenta e dois estabelece que ele tem como suas atribuições como nortear essa situação, só
1591 complementa a parte dos Conselheiros que deve dar aos Conselheiros e ao seu acompanhante que
1592 seja uma pessoa com deficiência e acesso ao recurso necessário para suas, a diária, nada mais. Quer
1593 dizer a gente fica chovendo no molhado e fica alguma situação que a deliberação é o próprio
1594 Conselho, obrigado. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem, questão de
1595 esclarecimento da Jucélia. **Conselheira Jucélia** – Não tem nada a ver ser a favor ou contra dessa
1596 questão porque eu acho que vocês sabem das suas necessidades. Só que assim, a gente já teve na



SUS

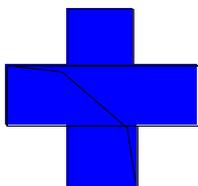
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

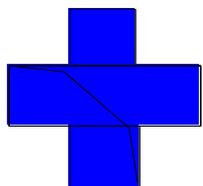
1597 Secretaria Estadual uma situação de funcionário para receber diárias que não era do quadro, então até
1598 esse termo colaborador especial eu me lembro que era muito usado na questão da FUNASA porque
1599 eles passaram a fazer parte da ação da secretaria e para pagar diárias tinha dificuldade. Então, a meu
1600 ver esse colaborador especial só nesse sentido. Então é assim, eu não me sinto, no caso, esclarecida
1601 para gente assim. Porque isso envolve recurso financeiro, envolve recurso financeiro, orçamentário e
1602 tudo mais e a gente tem que verificar se nós temos autonomia já aprovado tudo isso, sem ter certeza,
1603 como que vão ser colocadas essas pessoas para receber diária, o Conselheiro é nomeado de
1604 empossado toda essa condição. Então tem que ter isso esclarecido para a gente poder estar votando.
1605 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem, então eu quero dizer em relação a isso,
1606 eu acho também que tem que regulamentar na forma de como vai dar, só que nós estamos com
1607 problema de quorum, certo? E aí então nós não temos mais quorum, aqui ó, a Secretaria tem que
1608 colocar pra mim. **Conselheira Lilia** - Questão de ordem, nós temos quantos Conselheiros?
1609 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Um terço ainda dá então pronto. Então ótimo, se um
1610 terço ainda dá não tem problema, agora a proposta que a Conselheira Jucélia está colocando, ela está
1611 propondo que seja melhor discutido e outra se vai votar aqui ou não, está certo? Dizer que eu quero
1612 pedir desculpa a vocês porque regimentalmente o Ambrósio e o outro companheiro que podia falar só
1613 se eu cedesse a fala e o Ambrósio não está aqui. Ele cedeu, eu cedi a fala a ele umas três ou quatro
1614 vezes em detrimento ao moço que está ali eu acho também que tem que ter essa prerrogativa e as
1615 pessoas têm que entender. Então eu quero aqui pedir a minha desculpa por ter acontecido isso, até
1616 porque Ambrósio foi Conselheiro e a gente acabou concedendo e nós sabemos que o procedimento é
1617 diferente, eu peço o Conselheiro abre a fala e solicito se eu posso falar ou não. Esse é regimental,
1618 então essa Presidência está pedindo desculpa perante aos Conselheiros, não que não contribuiu muito,
1619 pelo contrário, contribuiu bastante. Agora, o Orlando antes de encaminhar. É rapidinho. **Conselheira**
1620 **Orlando** – Eu penso, eu entendi a sua preocupação lá, mas o Decreto aqui ele já está falando até o
1621 valor da diária e na realidade é uma questão de planilha não é uma questão de orçamento, não é
1622 questão de rubrica, não é questão de aprovação de orçamento de rubrica, ele fala inclusive sobre o
1623 valor da diária está lá no anexo, alínea c, então é uma questão só de planilha, eu não vejo assim
1624 complicação não. **Conselheira Alzita** - Senhor Presidente, só a título assim. Completando o que o
1625 Orlando está falando, entendeu? A Lilia cita agora gente tem que tomar muito cuidado com isso.
1626 Veja bem, não sou contra, muito pelo contrario, sou a favor porque eu sei o que eles passam porque o
1627 artigo segundo fala os colaboradores eventuais, participe de termo de cooperação ou instrumento
1628 equivalente e os Conselheiros formalmente nomeados não pertencentes ao quadro de pessoal.
1629 Parágrafo único. Vem a verba que ela está falando lá. O empenho de despesas referidas no caput
1630 deste artigo deverá ocorrer no elemento de despesa trinta e seis, serviços de terceiros pessoa física ok,
1631 mas ele fala lá no artigo segundo, valor estabelecido na alínea “c” do anexo um deste decreto, e aí
1632 você vai lá na alínea “c” diz lá, cargos e simbologia remuneratória para quem são pagos isto.
1633 Servidores remunerados pela simbologia DGA5, DGA6, DGA7, DGA8, servidores de carreira de
1634 nível superior integrante do programa financeiro parcial ou totalmente financiados por Entidades
1635 Financeiras multilaterais, escrivões e investigadores de policia, oficiais intermediários, subalternos e
1636 praças especiais. Digamos que o Conselho aprove essa resolução, então vai ter que alterar o decreto,
1637 que, além disto, também os colaboradores de Conselheiros deficientes, concordam comigo? Digamos
1638 que aprove a resolução tal qual está aqui que a Conselheira Lilia propôs, entendeu? Eu acho que tem





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1639 que ter algumas outras coisas aqui para serem consideradas, por exemplo, o artigo segundo e
1640 parágrafo único, se nós tivermos citando isso aqui, nós temos que alterar primeiramente o decreto, e
1641 aí? **Conselheira Marcia Regina** – só um adendo, quando se fala subalterno, defina subalternos, eu
1642 entendo que subalternos são aquelas pessoas que estão a serviço de alguém. Neste caso entraria a
1643 pessoa com deficiência que necessita de um serviço especial, então isso é subalterno. **Conselheira**
1644 **Alzita-** concordo (**Carlos Alberto Eilert**) – Eu vou tentar colocar o quê que eu estou entendendo que
1645 a Conselheira Alzita esta tentando colocar. Eu tinha escrito aqui e até risquei, é preciso regulamentar
1646 o que é subalterno colaborador especial, então uma resolução para dizer o que é isto, então,
1647 especificamente para o Conselho. E aí vai ter que passar aquilo que foi colocado anteriormente, qual
1648 é o aporte jurídico de dizer subalterno, porque quem foi militar sabe o que é subalterno, né? O cabo é
1649 que manda, o soldado é subalterno, então o praça é a mesma situação, então, o outro é coronel, o
1650 tenente-coronel é subalterno e eu vou dizer pra vocês de onde que saiu isso daí. Isso daí é copia de
1651 uma medida provisória do governo Lula que fez para os Jogos Panamericanos e que está sendo
1652 reeditada agora novamente para olimpíada e copa do mundo. Então quer dizer, o governo abriu
1653 espaço, eu acho que nesse ponto o governo se sensibilizou e fez um decreto, lá era medida provisória,
1654 quando terminou a medida provisória acabou. Então a minha sugestão enquanto Conselho se houver
1655 condições de fazer enquanto Conselheiro, é que nós fizéssemos daqui esta consulta, nominando e aí o
1656 Conselho já proporia essa resolução para que seja aprovada após, O senhor já vai falar. Calma gente
1657 só pode falar uma vez. Eu acho que é isso que está aqui no regimento também e aí. Então o que nós
1658 vamos fazer é o seguinte, a minha proposta, saiu da Alzita, é que tem que fazer é regulamentar o
1659 decreto definindo o que é colaborador eventual, este Conselho faria essa resolução dizendo o que é
1660 colaborador eventual, aí ele vai lá e nomina e acrescentar a modificação no decreto, porque daí nós
1661 estriamos contribuindo inclusive com o executivo. **Conselheira Lilia** - Questão de ordem **Presidente**
1662 **substituto Carlos Alberto Eilert** Questão de ordem não, agora é o Edvande para poder falar para
1663 poder encaminhar e depois Lilia. **Conselheira Edvande** – “**Questão de encaminhamento**” Eu
1664 encaminho que nós votemos a resolução agora. Por quê? Porque esse decreto é um decreto do
1665 Governo e não da Secretaria Estadual de Saúde, e nós temos leis específicas da saúde que é a Lei
1666 Complementar vinte e dois de noventa e dois, nós temos Lei a oitenta, oitenta de noventa lei federal,
1667 nós temos a Lei oito mil cento e quarenta, lei federal, então essa legislação para mim é bem clara,
1668 inclusive o parecer remuneração comparecimento eles disserem que a única coisa que nos segura que
1669 não podemos fazer essa resolução, é a Lei de Responsabilidade Fiscal cento e um que diz que não
1670 pode emitir nenhuma despesa se não houver receita e o Conselho Estadual tem receita que são os
1671 trinta a cinco mil hoje, os quinhentos e trinta e cinco mil. Então não há problema, quem vai fazer esse
1672 julgamento que deve ou se não deve é a assessoria jurídica do governo que é a PGE, eu acho que nós
1673 temos que emitir essa resolução agora e quem vai dizer que deve ou não deve é a assessoria do
1674 governo ou do secretario. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Ok. É esse o
1675 encaminhamento Lilia? É para essa votação? Encaminhamento para votação, tá gente? Defesa de
1676 proposta não tem mais. **Conselheira Lilia** - Não, não é proposta, é questão de ordem. Só uma
1677 questão de ordem e esclarecimento, porque no decreto anterior, sete mil setecentos e trinta e um, ele,
1678 olha o quê que ele citava. Quem poderia receber diárias, os servidores constantes na alínea “c”, o que
1679 ela citou, “c”, “d” do anexo único deste Decreto quando em assessoramento direto ao governo,
1680 primeira dama e titulares de cargo que tratam as alíneas “a”, “b”, receberão oitenta por cento. Esse



SUS

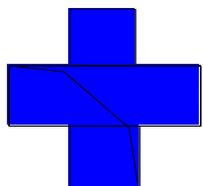
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1681 decreto anterior ele não falava nada ele era omissivo, minha questão de ordem é que nesse decreto
1682 abriu, como você mesmo falou, ele abriu com o intuito de dar essa legalidade para quem a gestão, o
1683 governo entende que vai poder participar de jogos, de olimpíadas, e uma questão de trabalho que aqui
1684 vai ser designado, vai ser estudado dentro do Conselho ainda, quem que vai ser meu acompanhante,
1685 quem, quando vai poder ir, se na viagem longa, tá sendo reprimida justamente por conta de uma coisa
1686 que está legal. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Tá bom, então eu acho que.
1687 **Conselheiro Ângelo** Senhor Presidente, esclarecimento. Eu tinha pensado um pouco além do que o
1688 Edvande falou, porque é o seguinte, primeiro precisamos testar né? Vamos fazer o pedido e vamos
1689 ver o quê que vai acontecer se na resposta vier que não tem resolução do Conselho então tudo bem.
1690 Houve alguma vez, houve solicitação para acompanhante, foi negado? Primeira coisa, primeira coisa.
1691 Segundo, se não houve, então vamos fazer um teste porque aí nós vamos ter uma resposta jurídica,
1692 porque o Conselho pode definir isso, pode tomar a decisão? Bom se pode, então vamos colocar em
1693 votação e tomar essa decisão, ok? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem, então
1694 tá. São dezoito horas e um minuto, vamos votar para poder encerrar. Agora a pergunta é bem simples.
1695 Como é que eu ponho o nome do Edvande que é meu acompanhante no FIPLAN? Essa é que a Lilia
1696 gostaria que você me esclarecesse, olha Lilia, esclarece. O Edvande é meu acompanhante e aí eu vou
1697 por o nome dele no FIPLAN. Sabe por que eu estou falando isso? **Conselheira Lilia** - Eu achei isso
1698 foi citado pela Conselheira, porque foi solicitado em técnico, agora o Conselheiro vai me falar em
1699 questão administrativa. Administrativamente eu vou arrumar um meio, contabilmente eu vou arrumar
1700 um meio, e eu não vou colocar qualquer pessoa ele, a pessoa que precisa do acompanhante vai citar
1701 nomes que vão ser cadastrados. Quando houver uma viagem de distância longa, eu vou falar, vou
1702 precisar de um acompanhante aí vou perguntar quem vai poder ir comigo, porque aqui dentro do
1703 Estado eu vou falar para os senhores, Doutor Augustinho, toda vez que eu peço acompanhante ele
1704 cede, porque a nacional cede. Ele fala assim, nós temos referência da nacional para qualquer lugar
1705 que eu for fora do Estado longínquo se eu pedir, ele cede. Eu gostaria de colocar isso daqui dentro da
1706 legalidade, de uma forma legal que é do Conselho não assim aleatoriamente, então dentro FIPLAN
1707 quem tem que colocar e a área técnica, eles que tem que trazer o esclarecimento, não eu Conselheira.
1708 **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Lilia, então tenta agora justificar para esta cabeça se
1709 o Doutor Augustinho cede. Se ele cumpre o quê que o Conselho. Porque que eu tenho que fazer
1710 resolução para mudar um decreto? Então para normatizar eu tenho que regulamentar quem vai me
1711 acompanhar, e aí pronto, aí eu tenho que pegar e dizer quem é o acompanhante, gente. Então hoje eu
1712 digo assim: quem vai me acompanhar é a Lilia. O Doutor Augustinho vai lá e fala não. Ambrósio
1713 desculpa, você não vai falar mais hoje porque você já burlou todo o regimento. Não. Desculpe senão
1714 eu teria que ter aberto pro moço bem aqui agora que ficou aqui que eu não abri, não abri. Então agora
1715 você, desculpe, mas você já falou bastante. Desculpe. Tá bom então, você se retira. Então a pergunta
1716 é essa então, como é que eu justifico se você falou que o Estado hoje faz não precisarmos aqui abrir
1717 uma resolução. **Conselheira Alzita** - Uma forma de alertar todo mundo. **Carlos Alberto Eilert** –
1718 Uma forma de alertar todo mundo, então eu acho nós estamos avançando, estamos na frente. Agora
1719 eu monto uma resolução, essa resolução vai lá para a assessoria jurídica da SAD e aí ela fala assim,
1720 não desse tipo não pode, aí não vai fechar a porta? Essa é a pergunta. Quando o Doutor Augustinho
1721 está aqui ele fala e ninguém pede para passar a fala para Carlinhos **Conselheira Lilia**. - Questão de
1722 esclarecimento, Carlinho, Carlos Presidente. Senhor Presidente, questão de esclarecimento. Quando



SUS

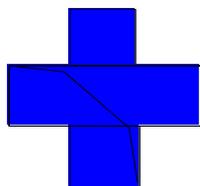
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1723 nós tomamos uma decisão, por exemplo, se hoje a gestão do Doutor Augustinho ela é compatível
1724 com as decisões do Conselho nós temos facilidade de tomar decisões juntamente a ele. Amanhã na
1725 mudança de gestão será que vai ser da mesma forma? Se hoje não está tudo preto no branco as coisas
1726 não funcionam. A mesma coisa foi quando foi criada a resolução para o Conselheiro. **Presidente**
1727 **substituto Carlos Alberto Eilert** – Vamos votar então. Vou encaminhar para a votação. Os que
1728 concordam com a resolução e os que não concordam, a gente encaminha para a votação. Tá certo?
1729 Ok? Podemos votar? Muito bem. Os Conselheiros que concordam com a resolução, por favor, se
1730 manifestem levantando o braço. Não essa, vai se feita uma resolução. Só um instantinho. (**Secretaria**
1731 **Geral Ana Boabaid**) - Ela apresentou uma resolução, tem uma resolução aí. (**Carlos Alberto Eilert**)
1732 – Não tem ainda, vou ler o que está aqui. resolução que garante diária para acompanhar, não é isso?
1733 Para acompanhante de deficientes em viagem. Quem é cadê essa resolução? Eu não tenho cópia
1734 dela. **Conselheira Alzita** – não foi encaminhada a copia, Lilia. **Presidente substituto Carlos**
1735 **Alberto Eilert** – Não tem cópia, não foi. Pronto essa é a pergunta, então alguém vai pedir vista, eu
1736 vou pedir vista e eu não quero prejudicar ninguém. Eu não fiz leitura, nós acabamos de não votar
1737 algumas coisas porque não foram feitas leituras. Olha gente que eu sou favorável porque eu concordo
1738 com que o Antonio falou a cadeira de Ambrósio é cinquenta quilos para por as baterias par cima, eu
1739 sei quanto custa. Então eu sou favorável, agora, os Conselheiros não tiveram acesso à resolução e aí
1740 eu pergunto, nós vamos votar sem acesso? Até porque passou o tempo eu vou ter que prorrogar mais
1741 uns dez minutos, se for o caso. Espera aí Conselheiro Edvande, eu vou por para votar e vou abrir
1742 recurso de votação. Edvande, por favor, fala o teor da resolução então, vocês estão querendo fazer o
1743 quê, desculpe a expressão agora, passar a Mesa Diretora sem saber o que está acontecendo, nós
1744 vamos fazer isso aqui dentro? **Conselheira Lilia** - Questão de ordem Senhor Presidente, foi passada
1745 essa resolução para a Mesa Diretora? Não foi passada? **Conselheira Alzita** - Não, não foi passada
1746 Edvande, nem a resolução, nem a proposta de resolução, foi passado o assunto, tanto é que foi
1747 sugerido o que eu li aqui em Pleno. **Conselheira Lilia** - A proposta estava na mão da assessora
1748 jurídica, era ponto de pauta e era para ser distribuída para todos os Conselheiros. (**Assessora**
1749 **Jurídica Rosane**)– Conselheira Lilia, a Comissão, foi feito um pedido para assessoria jurídica para
1750 fazer uma resolução, a assessoria jurídica fez a resolução, mas a Comissão não analisou e a Comissão
1751 também não aprovou essa resolução. Essa resolução que está na sua mão e também está na mão dela
1752 porque ela pediu aquele decreto, não foi aprovado pela Comissão, então, eu te passei essa resolução
1753 Conselheira Lilia, porque você falou assim, Rosane você fez o estudo dos deficientes e eu falei eu fiz
1754 o estudo, passei essa resolução como sugestão para a senhora, para que a senhora analisasse e falasse
1755 assim, não Rosane a resolução está ok, então mande por favor para. **Conselheira Lilia** - Questão de
1756 ordem. A assessora jurídica recebeu de nós da Comissão estávamos eu, Clélia, Maria Ortiz para que
1757 fizesse a resolução, cobrei se ela havia feito algum estudo e ela falou para mim que tinha consultado
1758 somente a assessora jurídica do secretario aí eu falei, mas como? Você tem que fazer várias
1759 pesquisas. Aí ela me falou o seguinte, eu falei tá, nós da Comissão estávamos lá no dia da reunião,
1760 eu, Clélia e ficou definido no encaminhamento que era para trazer para a reunião, tanto que está aqui
1761 no ponto de pauta. Eu falei para você várias vezes é ponto de pauta, ficou definido o
1762 encaminhamento da resolução proposta tanto que teve a outra dos cinquenta por cento da
1763 recomendação não foi? Três resoluções? **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Eu vou
1764 fazer o quê o Plenário acha que deve ser feito, fazer uma resolução. Está certinha a fala. (**Secretaria**



SUS

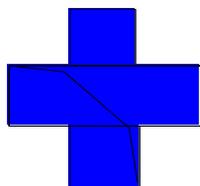
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1765 **Geral Ana Boabaid)** – só para esclarecer, Conselheiro. A que foi para a Mesa Diretora resolução
1766 que garante, tá? O que foi colocado, esta, o que está escrito aqui. Resolução, sugestão ao poder
1767 executivo de criar legislação, legislação do Estado. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** -
1768 Pessoal eu vou encaminhar para votação agora porque eu acho que está certo o quê o Edvande está
1769 colocando e o quê a Lilia está colocando, está certo. Só que ela não vai ser aprovada aqui hoje, vai
1770 ser feita a Resolução, vai trazer para o próximo Pleno que vai ser debatida deliberada e aprovada.
1771 **Conselheira Alzita** – E o SISMA gostaria de participar. **Presidente substituto Carlos Alberto**
1772 **Eilert** – Muito bem, se for uma Comissão que vai sair daqui então vai ok? Porque a resolução,
1773 ninguém tem o conhecimento, então é fazer a resolução. **Conselheira Clélia** - Senhor Presidente,
1774 “**questão de ordem**”. Pelo meu entendimento o debate em relação a essa resolução já aconteceu. Ele
1775 já aconteceu o debate, agora o que a gente tem que encaminhar é que faça essa resolução para eles vir
1776 e aprovarem. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – Muito bem, mas é isso mesmo.
1777 **Conselheiro Edvande** - Questão de ordem, Senhor Presidente. Este argumento que os senhores estão
1778 fazendo, que ela fez, já é ultrapassado nós já estamos em processo de votação e em processo de
1779 votação o senhor não recua mais, não retroage. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** -
1780 Edvande, eu não vou recuar, eu não vou votar resolução. Eu não tenho o teor à Mesa, então aquilo
1781 que a Conselheira Clélia acabou de encaminhar, a resolução será votada, fazer a resolução e para o
1782 próximo Pleno nós vamos deliberar se aprovamos ou não. É coisa simples, a resolução será criada,
1783 não tem problema que pode ser essa que está com a Conselheira Lilia ok? **Conselheira Lilia** -
1784 Quanto a isso aí eu estou contemplada, eu só quero pedir uma questão de ordem que a nossa
1785 assessora jurídica prejudicou, porque foram três resoluções, essa do um por cento dos municípios,
1786 essa do Estado que ela ficou de fazer pesquisa e essa que ela tinha que ter levado a cópia para todos
1787 os municípios. Então infelizmente, eu sinto isso, eu me sinto ferida, eu quero deixar bem claro que a
1788 gente passou para a assessoria jurídica as três resoluções, veio uma, eu acho que está aqui no ponto
1789 de pauta, então fica bem claro que foi passado e era para estar na Mesa era para ter sido entregue.
1790 **Assessora Jurídica Rosane** – Conselheira Lilia, foi feita uma reunião aonde aprovou essas três
1791 resoluções? **Conselheira Lilia** - Nós não aprovamos, as Comissões encaminham fizemos isso para
1792 você, encaminhamos através desse papel. **Assessora Jurídica Rosane** – O encaminhamento,
1793 Conselheira Lilia, é para a assessoria jurídica fazer sugestão. **Conselheira Lilia** - Questão de ordem,
1794 vamos continuar. **Carlos Alberto Eilert** – Então vamos continuar e vamos votar fazer a resolução.
1795 Os Conselheiros que concordam com o encaminhamento de fazer uma Resolução que contemple
1796 colaborador, subalterno o quê for, para ser trazido a este Pleno para deliberação e aprovação ou não,
1797 por favor, se manifestem levantando o braço, esse é o encaminhamento. Agora já foi Marivanda. Ok?
1798 Os que aprovam, por favor, levantem o braço. Vou contar. Um dois três quatro cinco seis sete oito.
1799 Tá bom? Aí eu tenho outra. Contrários? Abstenções? Com duas abstenções e **oito votos favoráveis**
1800 **passou fazer a resolução**. Agora nós temos que aprovar quem escreve a resolução, certo? Não mas a
1801 Comissão não analisou. Acabou de colocar que a Comissão não analisou, não passou na Comissão,
1802 ok? Então será feita a resolução será enviada para a Comissão pertinente e aí vem para o Conselho.
1803 Ok? Pessoal. **Conselheira Lilia** – Conselheira Clélia não foi discutida esta resolução em reunião.
1804 **Conselheira Jucelia** - Só para encaminhar, eu gostaria que quando fosse apresentada a resolução,
1805 apresentasse também, aí eu não sei que termo como que vai ser utilizado, um esclarecimento com
1806 relação a esse decreto o artigo segundo, em relação ao artigo segundo até para poder na hora da



SUS

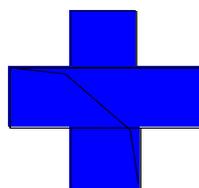
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

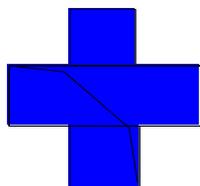
1807 votação da resolução. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** – O encaminhamento da
1808 Conselheira Jucelia é que seja esclarecido realmente o que é o artigo segundo no ato da apresentação
1809 da resolução. Tá ok? Estamos conversados. **Conselheira Clélia** - Só para esclarecimento Senhor
1810 Presidente, porque passou na Comissão e como tem modificações tem sugestões de mudança Lilia,
1811 ela tem que realmente, ser refeita e passar novamente. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert**
1812 – Obrigado Conselheira. Então agora a Edna tem um recado para podermos encerrar. Têm informes?
1813 Nós vamos prorrogar mais quanto tempo? Vai ficar prejudicado. Acabou, já são seis e tanto. Estamos
1814 dezoito horas e quatorze minutos e a nossa sessão encerra-se às dezoito horas. Olha só, nós passamos
1815 quatorze minutos do tempo, é serio, não sou eu que estou falando não, é questão de regimento, é uma
1816 questão regimental. **Conselheira Lilia** - Consulta o Pleno se pode prorrogar. **Presidente substituto**
1817 **Carlos Alberto Eilert** – Não vai aparecer hoje, vai levar para o mês de março. **Ouvidora Edna** -
1818 Pelo que foi dito e não tem quorum mais, tem quorum ainda? Quantas pessoas, não sei. Então ficou
1819 assim o que eu ia pedir e até informar que eu entreguei para a Comissão Parlamentar de Inquérito o
1820 nosso relatório de gestão de forma preliminar. Então isso é muito serio porque nós não concluímos os
1821 relatórios das Comissões, então eu gostaria de contar nesse mês agora de março para a gente concluir
1822 com todos os trabalhos para que eu possa fechar esse relatório de gestão por conta do relatório de
1823 ação governamental, por conta da CPI da saúde que temos que encaminhar o documento e por conta
1824 também da prestação de conta aos usuários do Sistema Único de Saúde. Então é esse o meu recado e
1825 na sexta feira também a gente vai ter uma reunião às quatorze horas com a Ouvidoria do SUS Cuiabá
1826 e a Ouvidoria de Várzea Grande as Ouvidorias do Controle Social para definir algumas questões que
1827 a gente deverá encaminhar, com o apoio desse Pleno, ao Conselho Nacional de Saúde sobre as
1828 políticas de ouvidoria no âmbito do controle social aqui de Mato Grosso. Então isso era o meu
1829 recado. Sexta feira às quatorze horas na sala do Conselho Estadual de Saúde. **Conselheira Clélia** –
1830 Só lembrando os Conselheiros que vão participar do edital externo da capacitação de Conselheiros
1831 como docente ou monitor que o edital já foi publicado e as inscrições já à partir de primeiro de
1832 fevereiro até vinte e sete de fevereiro. **Secretaria Geral Ana Boabaid** - E só dando continuidade ao
1833 que a Conselheira Clélia colocou, o conselho está resgatando através de uma certidão toda a vida do
1834 Conselheiro para fazer um certificado, mas então a gente está pedindo que os Conselheiros que vão
1835 se inscrever passem logo essa informação via e-mail para a gente, vou me inscrever, para a gente
1836 levantar a vida dele que está complicado. Nós já levantamos de alguns para fazer um certificado,
1837 antes a gente faz uma certidão para ele aprovar. **Presidente substituto Carlos Alberto Eilert** - As
1838 outras ficam todas para o inicio da próxima reunião que vai discutir justamente o cargo, carreira e
1839 salários. Vai ficar como primeiro ponto de pauta. Obrigado a todos, desculpe a exacerbação do Vice
1840 Presidente, mas faz parte do jogo é que aqui é acirrado e nós não estamos cuidando do que o Sergio
1841 Ricardo está fazendo, nós vamos precisar chamá-lo aqui para ela falar do comitê da dengue na
1842 Assembléia Legislativa que está resolvendo a dengue em Cuiabá, prestem bem a atenção. Nada mais
1843 havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às 18:15 horas e, após lida e achada
1844 conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente do Conselho**
1845 **Estadual de Saúde substituto, Carlos Alberto Eilert** e pelos demais Conselheiros presentes: **Paulo**
1846 **Roberto Araujo; (SES); Solange Fátima Cruz (SEMA); Angelo Falcão de Figueiredo (UFMT);**
1847 **Leandro Jubileu Zitelli (SIDESMAT); Jader Luiz Borges Correa (COSEMS); Maria**
1848 **Aparecida de Amorim Fernandes (CRP); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Marivanda**





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

1849 **Ines Pereira Eilert (CRMV); Alzita Leão Ormond Oliveira (SISMA); Aparecida Siva**
1850 **Rodrigues (SISMA); Orlando Francisco (SINTEP); e Edevande Pinto de França**
1851 **(MOVIMENTO DE RAÇA(GRUCON)); Suely Correa de Oliveira (MOPS); Clelia Araujo**
1852 **Brito (NEOM); Marcia Regina Gomes Pereira (NEOM); Bemoro Metykire (CONDISI); ; Lilia**
1853 **Suely Alves dos Santos (AMDE); Antonio Cordeiro Sobral (Assoc. de Portadoras de**
1854 **Patologia).**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342